

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano X — Nº. 58 — jul./ago. 2018



Mala Direta
Básica

06123401952013-0RRJ

Flocruz

Correios



**Indústria 4.0,
um futuro incerto**
Seremos substituídos
pelas máquinas?

ENTREVISTA

Giovanni Alves analisa a conjuntura em que se deu a paralisação dos caminhoneiros

DETERMINAÇÃO SOCIAL

Sem habitações saudáveis, populações são afetadas por doenças como a tuberculose



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano X - Nº 58 - jul./ago. 2018

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editora e Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Cátia Guimarães

Repórteres
Ana Paula Evangelista / Cátia Guimarães / Katia Machado / Maíra Mathias

Repórter (Portal EPSJV)
André Antunes

Projeto Gráfico
José Luiz Fonseca

Diagramação
José Luiz Fonseca / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

Capa
Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo / Tairone Cardoso

Comunicação Interna
Julia Neves / Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
12.000 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento
Editora e Gráfica

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Alexandre Pessoa / Ana Beatriz Noronha / Anakeila Stauffer / André Feitosa / Bianca Borges / Carlos Maurício Barreto / Daniel Groisman / Etelcia Molinaro / Fernanda Martins / Gilberto Estrela / Ingrid Vitória de Almeida Martins / José Orbílio de Souza Abreu / Luciana Maria da Silva Figueirêdo / Marise Ramos / Pedro Castilho / Rosa Maria Correa / Sérgio Ricardo de Oliveira



PANORAMA

2

RADAR DOS TÉCNICOS

3

CAPA

Seremos líderes ou escravos da Indústria 4.0? 6

ESCOLA SEM PARTIDO

Por trás do Escola Sem Partido 14

ENTREVISTA

Giovanni Alves - 'A esquerda não está à altura do tempo histórico no Brasil' 18

30 ANOS SUS

Os sistemas universais na encruzilhada 22

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Sem moradia, não há saúde 28

DICIONÁRIO

Direito à moradia 31



Receba a Poli: formulário pelo site
www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br



Contra veneno, agroecologia

Foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 25 de maio, o Projeto de Lei nº 6299/2002, apelidado de ‘Pacote de Veneno’, que flexibiliza a legislação sobre os agrotóxicos no Brasil. Semanas antes, durante o 2º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) apresentaram publicamente a segunda parte de um dossiê que questiona técnica e cientificamente o projeto e defende a adoção da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara), que também tramita no Congresso Nacional. A entrega simbólica do documento foi feita ao deputado Padre João (PT-MG), que integra a Comissão Especial. “É importante para mostrar que, ao mesmo tempo em que somos contra os agrotóxicos, nós temos uma proposta em troca. Não estamos querendo inviabilizar a produção de alimentos, como eles do lado de lá costumam dizer. Estamos mostrando que existe alternativa, e essa alternativa é a agroecologia”, afirmou Rogério Dias, da ABA.

De autoria do então senador Blairo Maggi (PP-MT), atual Ministro da Agricultura, com parecer favorável do relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR), o projeto agora será votado no plenário da Câmara e, se aprovado, apenas as mudanças seguem para o plenário do Senado. Já se posicionaram contra a proposta instituições científicas de peso, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). “As medidas propostas



‘É pela vida das mulheres!’

Resultado de uma ampla mobilização popular, que ocupou as ruas do país como uma verdadeira onda verde, a Câmara argentina aprovou a descriminalização do aborto até a 14ª semana de gravidez. O projeto, que passou por uma diferença de apenas quatro votos, ainda precisa ser votado no Senado, que é considerado uma Casa Parlamentar mais conservadora. Se confirmado o resultado, a Argentina será o terceiro país da América Latina a legalizar o direito de a mulher decidir sobre a sua gravidez.

No Brasil, a principal expectativa hoje sobre o tema no campo jurídico está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Relatora da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 42, que defende o direito de interrupção da gravidez até a 12ª semana, a ministra Rosa Weber chamou uma audiência pública, ainda sem data, sobre o assunto. Foi do STF que veio, em 2012, a descriminalização do aborto quando a gravidez é resultado de estupro e quando o feto é anencéfalo – o ato também não é considerado crime quando a gravidez significa risco de vida para a mãe. Mesmo algumas dessas situações, no entanto, podem sofrer retrocessos. Isso porque tramita na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 181) que, sob



no PL representam enormes retrocessos no que se refere à adoção de medidas de proteção ambiental e proteção da vida, ocasionando prejuízos incalculáveis e irreparáveis para a saúde, o ambiente e a sociedade”, conclui a nota técnica da Fiocruz.

o argumento de aumentar a licença maternidade para mães de bebês prematuros, foi modificada de modo a estabelecer que já existe vida desde a concepção. Dados da última Pesquisa Nacional de Aborto, de 2016, mostraram que, aos 40 anos, uma em cada 5,4 mulheres já tinham feito algum aborto no Brasil. Mas como a prática é ilegal, não há números oficiais: movimentos sociais estimam cerca de um milhão de abortos clandestinos por ano. Em estudo que reuniu números entre 2010 e 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra que, em países com legislações mais permissivas sobre o tema, principalmente em regiões da Europa e América do Norte, as mulheres abortam menos, e quando o fazem, isso se dá com muito mais segurança. A América Latina, no entanto, é um dos lugares em que mais ocorrem abortos inseguros. “Para evitar gestações indesejadas e abortos inseguros, países precisam adotar políticas de apoio e compromissos financeiros para fornecer educação sexual abrangente; uma ampla gama de métodos contraceptivos, incluindo contraceptivos de emergência; adequado aconselhamento para planejamento familiar; e acesso a aborto seguro e legal”, resume a OMS.



Cenário da Saúde Mental

Acaba de ser lançado o relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, realizada por uma parceria de três instituições: o Conselho Federal de Psicologia, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal. A pesquisa fez vistorias em 28 estabelecimentos distribuídos por todas as regiões do país. Uma das principais constatações foi o fato de essas comunidades atuarem na lógica do confinamento, isolando o usuário de álcool e outras drogas do convívio social, na contramão do que preconiza a Reforma Psiquiátrica brasileira, instituída pela Lei 10.216/2001. Em vários locais visitados, esse isolamento se expressa, inclusive, no controle de ligações telefônicas por parte dos usuários e na violação de suas correspondências pessoais. Além disso, apenas duas das 28 instituições visitadas tinham o laudo médico que, segundo a legislação, é obrigatório em casos de internação involuntária. “As inspeções mostraram ainda que algumas comunidades terapêuticas adotam a prática do ‘resgate’ ou ‘remoção’: internamento forçado por meio de uma equipe que vai à residência da pessoa e a imobiliza, fazendo uso tanto de violência física quanto de contenção por meio da aplicação de medicamentos”, completa o relatório. Em 16 dos estabelecimentos inspecionados, o cenário agrava-se com a aplicação de punições aos pacientes internados. Sobrecarga de trabalho, privação de sono e de alimentação e a manutenção de

pacientes amarrados ou dopados, além da cópia exaustiva de textos bíblicos são alguns dos castigos identificados. A restrição da liberdade religiosa, aliás, é outro tipo de violação comum, presente em 24 estabelecimentos. “É lamentável que, mesmo com a comprovada ineficácia da proposta e com a ausência de controle do Estado sobre o que acontece nas comunidades terapêuticas, esse mesmo Estado ceda um robusto financiamento a essas instituições, enquanto serviços públicos como os Centros de Atenção Psicossocial e as Unidades de Acolhimento carecem de investimento e ampliação”, critica Pilar Belmonte, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).



Controle Social na Atenção Básica

Para “discutir a efetivação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)”, o Conselho Nacional de Saúde criou uma Câmara Técnica específica para o tema (CTAB). Tendo como referência um modelo “focado na proteção, promoção e recuperação da saúde”, o objetivo é “acompanhar e propor alterações necessárias à PNAB”, como estabelece a resolução que criou essa nova instância. A nova Política foi aprovada em agosto do ano passado, contrariando as orientações do CNS, mais importante instância de controle social em saúde do país.

Os trabalhos da CTAB já tiveram início, um dia após a posse dos seus 19 integrantes, que envolvem representantes de conselhos estaduais e municipais de saúde, entidades profissionais, movimentos sociais e comunidade acadêmica. Uma das cadeiras é ocupada pela Fundação Oswaldo Cruz, representada pela pesquisadora Mariana Nogueira, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/

Fiocruz). “Esperamos que a câmara técnica se constitua como um importante espaço do controle social para a defesa da atenção básica universal e para o direito dos trabalhadores, que contribua com formulações da política nesta direção, para ampliação de ações de fiscalização dos impactos das medidas propostas pelo governo, para denunciar os desmontes, e para fortalecer argumentos e processos que intensifiquem a mobilização social”, afirma.



PNE descumprido

Quatro anos depois de entrar em vigor, apenas um dispositivo do Plano Nacional de Educação (PNE) foi cumprido. Essa é a conclusão de um balanço que acaba de ser produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em parceria com o Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná. O Plano prevê metas para um período de dez anos, que vai até 2024. A meta 3, que estabelece que até 2016 deveria ser universalizado o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e que, até o final da vigência do PNE, 85% dessas matrículas deveriam ser no ensino médio, é um exemplo do que não foi cumprido. De acordo com a sistematização de dados do Censo Escolar e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE), até 2015 menos de 79% dos jovens nessa faixa etária estavam na escola e, quando se recorta para o ensino médio, a taxa de matrícula líquida cai para 56,17%. Já a meta 10 do PNE determina que pelo menos 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos devem ser integradas à educação profissional. Em 2015, segundo o levantamento, essa modalidade era inferior a 1,5%. O mesmo vale para a meta 11, que prevê que se tripliquem as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, sendo pelo menos 50% na rede pública. Se a média de crescimento anual estivesse sendo seguida, o país deveria ter chegado a 2017 com

1,1 milhão de matrículas a mais do que o que foi alcançado. Por tudo isso, o estudo conclui que essas e várias outras metas e estratégias “difícilmente serão cumpridas”. Também na meta 20, sobre a ampliação do investimento público, várias estratégias que tinham prazo até 2016 ou 2017 já foram descumpridas. Entre elas, a implementação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e a regulamentação do Sistema Nacional de Educação. “A Emenda Constitucional 95 de um lado e a reforma do ensino médio de outro enterraram o Plano Nacional”, resumiu Gaudêncio Frigotto, professor da Universidade Federal Fluminense em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz.

ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL EM HOSPITAIS

O projeto de lei (PL) 886/15, do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que torna obrigatória a oferta de serviços de saúde bucal para pacientes internados em hospitais públicos e particulares, foi aprovado em maio deste ano pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Segundo o texto do projeto, apresentado na comissão pelo deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), as unidades hospitalares públicas e privadas estariam obrigadas a instalar um setor de prestação de serviços de odontologia. Em entrevista à Poli, o cirurgião-dentista Luiz Fernando Varrone, presidente da Associação Brasileira de Odontologia (ABO Nacional), afirmou que essa medida poderá abrir postos de trabalhos, especialmente para técnicos em saúde bucal. “Teremos novos postos de trabalho, mas o trabalho em hospitais requer habilitações específicas”, alerta.

De acordo com o PL, em caso de descumprimento, seriam aplicadas punições e multas previstas na Lei de Infrações à Legislação Sanitária (6.437/77). “Para pessoas em estado grave, inconscientes, em ventilação assistida, entre outras situações, cuidados odontológicos são essenciais”, destacou Vidigal, em entrevista à Rádio Câmara (21/5). Para ele, a atenção à saúde bucal é componente importante de redução de infecções e redução de morbidades. A proposta tramita em caráter conclusivo e precisa, ainda, ser analisada pelas comissões de Finanças e Tributação, onde terá como relator o deputado Covatti Filho (PP-RS), e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segundo o presidente da ABO Nacional, a matéria vem ao encontro de um pleito antigo da instituição. Ele citou que a ABO Nacional, em agosto

de 2015, enviou uma carta aos defensores e ministérios públicos federais solicitando ajuda para que estados e municípios cumprissem a Resolução do Ministério da Saúde (RDC nº 7/2010), que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de unidades de terapia intensiva (UTI). “O artigo 18 da RDC diz que devem ser garantidos, entre outros serviços, por meios próprios ou terceirizados à beira do leito, a assistência odontológica”, explica. E argumenta, explicando que, em função do impacto financeiro, a proposta gera resistência nos gestores: “Os benefícios que os serviços odontológicos em hospitais trazem são indiscutíveis, reduzindo, por exemplo, o número de dias de hospitalização. Mas, ainda que a lei seja necessária, sabemos que a questão não será resolvida com uma canetada”.

AGENTE E MORADOR

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 1.839/15, do deputado Sergio Souza (MDB-PR), que dispensa a exigência de que agentes comunitários de saúde (ACS) residam na área da comunidade em que atuam. Caso não haja nenhum recurso, o texto será arquivado. Pela proposta, os profissionais contratados precisavam apenas residir na mesma cidade em que desenvolvem suas atividades, entre outros requisitos determinados pela legislação (Lei 11.350/06). A Lei 13.595/2018, que define as atribuições de ACS e agentes de combate a endemias (ACE), já modificou o artigo da Lei 11.350 que traz essa exigência, flexibilizando-a em casos de risco à integridade física do trabalhador e sua família “decorrente de ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua”.

A legislação que trata das atribuições dos ACS e ACE, por sua vez, foi alterada pela medida provisória (MP 827/2018). O texto final da medida, aprovado pela comissão mista da Câmara dos Deputados em 21 de abril, torna obrigatória a presença de ACS na Estratégia Saúde da Família (ESF). “É importante, pois contribui para confirmar a ESF na organização do modelo de atenção à saúde, porém não garante a presença dos profissionais na estrutura da atenção primária”, alerta a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Angélica

Fonseca, em matéria publicada no Portal EPSJV (21/6). Isso porque, explicou Angélica, a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada em agosto de 2017, reconhece, valida e incentiva o modelo de unidades básicas de saúde por meio da composição de equipe que não exige a presença desse profissional. A MP, em forma de Projeto de Lei de Conversão – que trata ainda da progressão do piso salarial até 2021, do ente responsável pelo financiamento do aperfeiçoamento profissional, sem fazer referência à formação técnica, e da distribuição da jornada de trabalho de 40 horas dos ACS e ACE –, seguirá para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e, em seguida, para o Senado.

TECNÓLOGOS EM RADIOLOGIA

Por deliberação da 41ª reunião ordinária do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde, realizada nos dias 19 e 20 de junho, o Ministério da Saúde irá elaborar uma nota técnica que reconhece o Curso Superior de Tecnologia em Radiologia e permite a implementação da carreira no serviço público. A nota, segundo os representantes do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter), Jorge Wolnei Gomes e Salomão de Souza Melo, presentes ao encontro que reuniu ao todo 14 representantes de conselhos federais na área da saúde, servirá também para subsidiar uma futura resolução ou portaria que regule de forma mais específica o exercício profissional das técnicas radiológicas e reconheça o tecnólogo como profissional de saúde. Para o Conter, trata-se de um avanço significativo. “Estamos dando passos concretos no sentido de alcançar a regulamentação das nossas prerrogativas profissionais de nível superior. Vamos consolidar essa posição”, defendeu o presidente do Conselho, Manoel Benedito Viana Santos, em matéria publicada na página da instituição (25/6).

À Poli, o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Alexandre Moreno, observou que o reconhecimento do curso, do ponto de vista dos tecnólogos, é interessante, uma vez que

a quantidade de profissionais já formados é grande. “Mas é preciso pensar criteriosamente que atividades esses tecnólogos irão exercer, se essas atividades irão sobrepor-se às dos técnicos em radiologia. Pois se isso acontecer, a profissão de técnico em radiologia, tão importante para o setor, com o tempo poderá desaparecer”, orientou. Moreno também sugeriu refletir sobre a qualidade da formação dos tecnólogos, realçando a necessidade de uma avaliação sistêmica do curso. “Com raras exceções, a formação em radiologia é muito ruim. Não basta apenas dizer que é de nível superior e achar que melhorias foram promovidas na formação”, conclui.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA CUIDADOR FAMILIAR

O Projeto de Lei (PL) 5.889/16, da deputada Leandre (PV-PR), que assegura ao cuidador familiar não remunerado de pessoa em situação de dependência atendimento prioritário em programas públicos de educação profissional e de geração de emprego e renda, foi aprovado recentemente pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Segundo a proposta, os cuidadores familiares – que podem ser integrante ou não da família, mas, sem remuneração, assistem ou prestam cuidados à pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades básicas da vida diária – terão prioridade em cursos destinados à capacitação e aperfeiçoamento de cuidador, programas públicos de estímulo ao empreendedorismo e de intermediação de mão de obra e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). Além disso, na hipótese de falecimento ou acolhimento institucional definitivo da pessoa em situação de dependência para o exercício de atividades básicas da vida diária, o atendimento prioritário ao cuidador familiar não remunerado será mantido por até dois anos da data do óbito ou da institucionalização.

Relator da matéria na comissão, o deputado Luiz Couto (PT-PB) realçou que a presença de um cuidador familiar, cada vez mais importante face ao envelhecimento da população, contribui para garantir e promover o respeito à autonomia e à dignidade do idoso. “Com o avançar da idade e a natural perda da capacidade funcional para a realização de tarefas cotidianas que podem parecer simples à primeira vista, tais como tomar banho, vestir-se, alimentar-se, sentar-se ou levantar-se, deslocar-se e usar o banheiro, cresce a dependência em relação ao auxílio de cuidadores”, defendeu o relator em matéria publicada na Agência Câmara (15/6). O projeto precisa agora ser analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família, onde já foi recebido, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

SERVIDORES TÉCNICOS E BOLSAS DE PESQUISA

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 9.690/18, da deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que permite os servidores técnico-administrativos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) a concorrer a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio. A proposta altera a Lei 11.892/08. “Os servidores técnico-administrativos que trabalham em atividades educacionais não foram incluídos na abrangência da lei, o que configura injustiça, pois muitos deles, cumprido o período de estágio probatório, ingressam em cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, especialmente em nível de mestrado, com vistas ao aperfeiçoamento técnico e acadêmico e à ascensão profissional”, justificou Dorinha, ao apresentar a proposição em abril deste ano. A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que já recebeu a proposição, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SEREMOS LÍDERES OU ESCRAVOS DA INDÚSTRIA 4.0?

A chamada Quarta Revolução Industrial aponta para introdução de novas tecnologias que poderão substituir a mão de obra humana por inteligência artificial. Será?

Ana Paula Evangelista

Ir ao mercado e passar as compras em um caixa automático, pedir um Uber e ser levado por um carro completamente automatizado que dispensa motorista, ir ao banco e resolver todas as pendências no caixa eletrônico ou até mesmo pelo aplicativo de celular, fazer uma ligação para a central de uma empresa e ser atendido por um robô. A cada dia essas atividades tornam-se mais comuns. Trabalhos que antes eram desempenhados por funcionários agora são feitos por máquinas. Sem contar as funções que, independentemente da tecnologia, foram reunidas e absorvidas por um único trabalhador, como os motoristas de ônibus, que além de dirigir o veículo ainda precisam cobrar a passagem. Cobrador e telefonista são exemplos de ocupações extintas em muitos lugares do globo. O resultado: este ano, o número de desempregados no mundo chegará a 200 milhões, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Essas mudanças nortearão o relatório 'Futuro do Trabalho: Emprego, Competências e Estratégia da força de trabalho para a Quarta Revolução Industrial', apresentado durante a última edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Nos países cobertos pelo estudo, diz o documento, as tendências atuais podem levar a um impacto líquido de mais de 7,1 milhões postos de trabalho perdidos entre 2015 e 2020 – dois terços dos quais estão concentrados em funções rotineiras de escritório e administração. Em contrapartida, ainda segundo o texto, haverá um ganho total de dois milhões de empregos nas áreas de computação, matemática, arquitetura e engenharia. O relatório do Fórum resulta de uma pesquisa feita pelos 300 maiores empregadores do mundo, responsáveis por 13 milhões de empregos no planeta, chamando atenção para a revolução digital e incentivando os mercados a se prepararem para ela.

E esse está longe de ser o único alerta. Também de acordo com uma análise feita pela consultoria Ernst & Young, com base em diversos estudos, até 2025 um em cada três postos de trabalho deve ser substituído por tecnologia inteligente. O estudo prevê que, em nove anos, poderá haver extinção de profissões operacionais, como operador de telemarketing, caixa de bancos e mercados e árbitros esportivos, junto com uma maior demanda por carreiras que lidem diretamente com tecnologia de ponta, como designer especializado em impressão 3D e designer de realidade virtual.

Outro estudo apresentado em 2017 pela consultoria americana McKinsey & Company diz que cerca de 800

milhões de profissionais poderão perder seus empregos até 2030. O relatório analisou 800 profissões em 46 países e constatou que até um terço dos trabalhos atuais poderá ser automatizado daqui a 12 anos. Em países do capitalismo central, como Estados Unidos e Alemanha, entre 23% e 24% dos empregos atuais sofrerão diretamente com a automação, segundo esse levantamento. No Japão, esse número pode alcançar 26%. Países periféricos, que têm menos dinheiro para investir em automação e robótica, não seriam tão afetados até 2030. Na Índia, por exemplo, o impacto se daria apenas sobre 9% dos trabalhos. No Brasil, esse percentual pode chegar a 15%.

Em termos de profissões, o estudo aponta o mesmo cenário que o Fórum: sofrerão mais os profissionais que ocupam funções de trabalho repetitivo, como operadores de máquinas e funcionários do setor de alimentação. Também estariam vulneráveis à automação corretores imobiliários, assistentes jurídicos, contadores e profissionais de setores administrativos. Por outro lado, segundo a McKinsey, empregos que requerem interação humana, como médicos, advogados, professores e bartenders têm menos chance de serem substituídos por robôs. Trabalhos especializados, mas com salários não muito altos, como jardineiros, encanadores e cuidadores, também seriam menos vulneráveis. Os autores acreditam que o mundo vivenciará na próxima década uma transição na escala da que ocorreu no início dos anos 1900, período em que o desenvolvimento industrial transformou grande parte do trabalho, que era fundamentalmente agrícola.

Indicado como entrevistado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp, o gerente de Inovação e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/SP), Osvaldo Lahoz Maia, explica que os trabalhos de repetição nos Estados Unidos têm uma tendência de, em dez anos, serem substituídos em 78% por automação, segundo dados da McKinsey. O mesmo acontecerá, segundo ele, com os que trabalham com processamento de informações (69%) e coleta de dados (64%). Com máquinas fazendo atividades braçais, devem manter seu trabalho aqueles que atuam com resolução de problemas, imaginação, interação interpessoal e pensamento crítico. "Por outro lado, os criativos, as pessoas que trabalham com ser humano, com a interatividade, vão demorar mais tempo para sofrer ameaça de substituição. O ser humano nunca vai ser substituído por um robô de maneira integral, principalmente nas in-



terações humanas. Essas profissões serão preservadas: cuidados médicos, psicólogo, o pessoal que faz gestão de pessoas”, aposta.

As avaliações sobre esse cenário futuro, no entanto, estão longe de ser consensuais. Qual será, então, o verdadeiro cenário do mundo do trabalho nos próximos anos? Em uma sociedade onde o avanço tecnológico é tão veloz, iremos competir com os robôs? Seremos multiprofissionais para garantir nosso espaço no mercado e trabalho? Ou estaremos diante do fim do mundo do trabalho?

Quarta Revolução Industrial?

A avaliação de alguns especialistas da área é que o mercado de trabalho passa por uma grande reestruturação, onde tudo acontece de forma muito rápida: desde 2010, o número de robôs industriais cresce a uma taxa de 9% ao ano, segundo a OIT. Esse novo momento é chamado de Indústria 4.0 ou quarta revolução industrial.

Todos os estudos citados no início desta matéria são baseados nessas transformações tecnológicas na indústria e no mercado mundial. De acordo com Marildo Menegat, professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ), cada revolução tecnológica que ocorre no capitalismo elimina uma quantidade muito grande de empregos. Num rápido histórico, ele explica que a primeira revolução ocorreu no século 18, com a máquina a vapor; a segunda, da metade do século 19 até o início do século 20, foi marcada pela descoberta e o aproveitamento de novas fontes de energia – como o petróleo no motor, a combustão, a água nas usinas hidrelétricas, o urânio para a energia nuclear – e revolucionaram ainda mais a produção industrial.

A terceira teve como propulsor a microeletrônica, a partir da Segunda Guerra Mundial. “A quarta de fato está em curso. O conceito básico dela é o robô, a robótica, e a inteligência artificial e muitas coisas nesses processos são diferentes de outros momentos da história”, diz. Menegat explica que no primeiro momento, quando se aplica o motor à eletricidade na produção, vários empregos são perdidos. No entanto, quando há invenção de novos produtos, como os eletrodomésticos, abrem-se novas vagas no mercado. Dessa forma, o desemprego acaba ficando na média. Porém, para ele, a quarta revolução industrial apresenta um novo cenário. “A microeletrônica prepara a robótica e permite fazer máquinas que pensam, que podem fazer mais de uma tarefa, gerando muito desemprego”, explica.

Nem o conceito de quarta revolução, no entanto, é um consenso. André Vieira, doutor em Ciências Biológicas e professor de Psicologia na Laureate Universities (IBMR), por exemplo, não considera os termos Indústria 4.0 e quarta revolução industrial. Para ele, tanto a ciência quanto a tecnologia estão completamente subordinadas à geração de valor e as descobertas feitas anteriormente não podem ser excluídas desse processo. Logo, não existe algo exclusivamente novo e diferente que possa ser considerado “revolucionário”. “Em termos de formulações científicas, tanto conceituais quanto de feitos tecnológicos, como a Internet das Coisas, por exemplo, trata-se de uma aplicação daquilo que já foi construído antes, como a internet. O que está acontecendo é que essas inovações tecnológicas são parte dessa exigência de rotação do capital que é totalmente necessária para sair da crise, como aconteceram em períodos passados, com inovações tecnológicas que foram próprias de cada tempo. “Eu não me sinto à vontade de classificar

em primeira, segunda, terceira e quarta revolução industrial”, explica o autor do capítulo intitulado ‘Capital-imperialismo e psicologia experimental: a *Brain Initiative* como estudo de caso’ do livro *Psicologia e Marxismo* que será lançado em outubro.

Efeitos

Durante o Fórum Econômico Mundial, o presidente executivo, o presidente executivo da entidade Klaus Schwab, afirmou que a quarta revolução industrial poderá aumentar a renda global e melhorar a qualidade de vida da população do planeta à medida em que elevará a produtividade a partir dos ambientes amplamente automatizados, operados por robôs e conectados a dispositivos inteligentes que serão capazes de interagir e cooperar com pessoas, máquinas e sistemas. A projeção positiva aparece no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) denominado ‘A próxima revolução de produção: implicações para governos e empresas’, de 2017. O texto descreve e defende que as novas tecnologias de produção trarão empregos mais seguros, a produção será mais ecológica e os serviços personalizados e cada vez mais velozes no atendimento às demandas das pessoas e dos mercados. Isso já acontece em uma das fábricas da BMW, em Leipzig na Alemanha, onde os mais de mil robôs fazem todo o processo de produção do primeiro modelo elétrico da marca e os funcionários acompanham tudo à distância pelas telas de computadores, segundo informações divulgadas pela própria montadora. “Uma fábrica de automóveis pode ser até 95% automatizada. E isso significa que o trabalho humano é absolutamente residual, ele fica para os detalhes, que é a supervisão das máquinas. O trabalho mesmo, que é parte do processo produtivo, é praticamente inexistente. E isso vai ser aplicado para todos os tipos de indústrias. É a grande novidade da tal revolução”, resume Menegat. E enfatiza: “Já é possível colocar no interior da memória de uma máquina a realidade fora dela em tempo real. Toda fábrica pode funcionar sem nenhum trabalhador, apenas sendo acompanhada pela tela de um computador”.

Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP), concorda que as formas de automação na indústria têm evoluído muito com a incorporação da inteligência artificial que tendem a ‘relocalizar’ o patamar tecnológico da indústria para outro nível. “Com os avanços da robótica, da microeletrônica, da logística, teremos situações nas quais a presença do trabalhador nas linhas de produção nas indústrias tenderia a declinar, e parece que essa é uma tendência real, sem dúvida alguma, do ponto de vista tecnológico”, diz. No entanto, ele ressalta que a indústria só tende a investir em novas tecnologias quando o custo do trabalho vivo que ela vai poupar é atraente e garante o retorno do investimento.

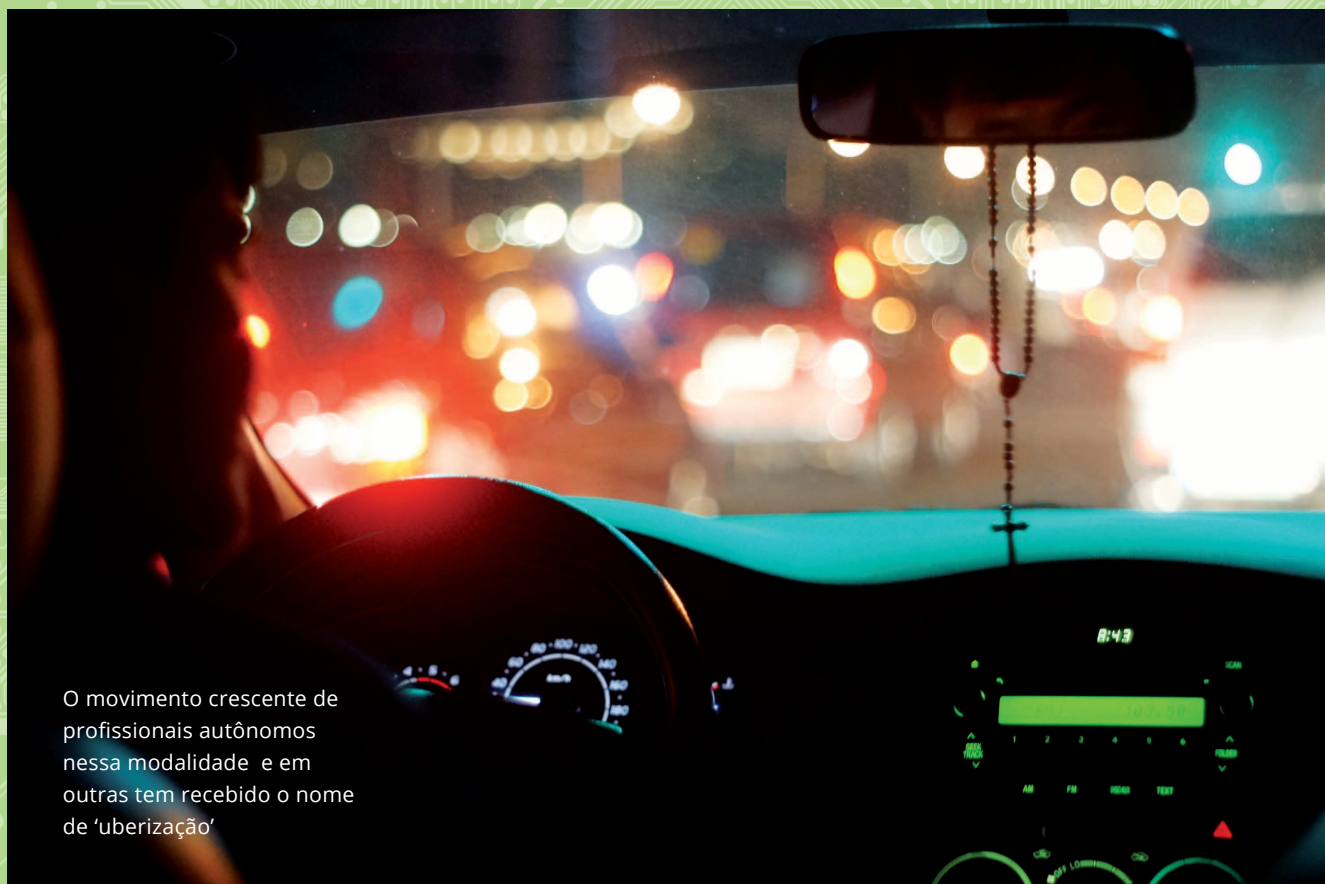
Embora reconheça que existe uma transformação em curso que anuncia um futuro bastante imprevisível do ponto de vista político, o professor não concorda que isso aponte para o fim do capitalismo e nem mesmo o fim da ex-

ploração do trabalho. “Essa discussão acontece desde que o capitalismo é capitalismo, desde a Revolução Industrial. Do século 19 até hoje, é claro que a tecnologia é acumulativa e a automação sempre avançou. Ainda assim, temos uma classe trabalhadora que é 35 vezes maior se comparada com aquela época. O que provavelmente vai acontecer é um pouco de acomodações, partilhas, redistribuições da carga de trabalho”, aponta. Ele reforça que o trabalho humano é a fonte do valor excedente. Logo, o chamado trabalho vivo – humano – continua como um elemento central da acumulação capitalista porque é ele que gera o lucro. “Claro que vai continuar existindo trabalho e esse trabalho continuará sendo explorado. Da mesma maneira que, de outra perspectiva, podemos incluir as tendências de acumulação por especulação, por exemplo”, opina.

Máquina inteligente?

Mas há uma certeza: o esforço de reproduzir as características humanas às máquinas. Um exemplo é o *machine learning*, que significa aprendizado de máquina ou o aprendizado computacional em inteligência artificial. Segundo Sérgio Amadeu, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) que desenvolve trabalhos nas áreas de economia informacional, cidadania digital e internet, trata-se de uma tecnologia baseada em algoritmos que se alteram para cumprir uma determinada missão e que corrigem possíveis erros no decorrer do processo. Isso está presente quando você realiza uma pesquisa no Google e o próprio site coloca em evidência o que é mais importante para o usuário. Mas como o site sabe disso? “Porque ele obteve uma série de dados da navegação, sabe quem é esse usuário, o número identificador, guarda as informações sobre as buscas anteriores. Portanto, se durante a busca o internauta clica no décimo link sugerido, significa que o resultado não foi tão bom assim e isso será corrigido”, explica. Também no ambiente fabril, ter máquinas que aprendem com os próprios erros e estão em constante evolução pode aumentar a produção, além de otimizar todo o processo.

Nesse cenário de inovações, aparece também a tecnologia vestível (*wearable technology*), que significa a incorporação de dispositivos eletrônicos avançados em roupas, calçados e acessórios. Já existem, por exemplo, relógios fabricados com vários tipos de sensores que podem captar o movimento do corpo, frequência cardíaca e pressão arterial. Uma fábrica de sapatos chinesa colocou sensores nos solados que captam o movimento dos indivíduos e esses dados são recolhidos pelo celular do usuário para que ele possa monitorar os passos que deu. Mas tudo isso vai além, segundo André Vieira, que estuda neurociências das emoções humanas e é historiador da psicologia experimental. De acordo com o pesquisador, esses sensores usados no corpo humano por meio de objetos também são utilizados para monitorar o desempenho de máquinas e melhorar a segurança do trabalhador nas fábricas. Uma pessoa que fica exposta a altas temperaturas dentro de uma fábrica, por exemplo, poderá usar roupas que monitorem seu estado fi-



O movimento crescente de profissionais autônomos nessa modalidade e em outras tem recebido o nome de 'uberização'

siológico por meio de um aplicativo que indique quando ela precisar cessar o trabalho. “A tecnologia vestível também é utilizada dentro da indústria, como meio de segurança do trabalho e monitoramento em tempo real da saúde do trabalhador”, explica. Esse tipo de tecnologia pode analisar em tempo real condições emocionais como estresse, fadiga e raiva. Mas sempre existe uma dupla face. “O que é exposto para nós é de que ela melhorará as condições de trabalho, e eu não tenho dúvida disso. Considero que esse monitoramento protege o trabalhador de uma série de problemas de saúde que podem acontecer, mas isso sempre é acompanhado do controle do próprio comportamento do trabalhador na fábrica. Essa análise da saúde e da segurança do trabalhador em seus espaços é, ao mesmo tempo, um controle do seu corpo”, previne André.

A hipótese de que a confluência de tecnologias, como impressão 3D com a internet das coisas (*internet of things*, ou IoT) – conceito tecnológico em que todos os objetos da vida cotidiana estariam conectados à internet, agindo de modo inteligente e sensorial – e sensores, da robótica avançada com a neurociência, da inteligência artificial com os novos materiais e com a biologia sintética, entre outras possibilidades, poderá trazer produtos e serviços qualitativamente diferentes e superiores aos atuais não parece exagerada para Sérgio Amadeu. Ele ressalta, no entanto, que “não podemos extrair daí que os resultados desse processo produtivo serão distribuídos de modo minimamen-

te equitativo entre as populações e regiões do planeta”. E completa: “Também não temos como afirmar que não vão precarizar ainda mais a vida de segmentos pauperizados das nossas sociedades”.

Extinção ou exploração?

O sociólogo Ricardo Antunes, autor do livro recém-lançado ‘O Privilégio da Servidão: o novo proletariado dos serviços da era digital’, explica que Indústria 4.0 é um movimento que nasce na Alemanha em 2011, pensado pelos países capitalistas avançados, movidos pela ‘internet das coisas’. “Temos uma indústria mais limpa, informacional digital, mas a questão fundamental é sabermos o que vai se passar com essa classe trabalhadora que vai se tornar ainda mais supérflua e percebermos que as consequências são desiguais entre o Norte e o Sul do mundo”, alerta. Ele explica que na Europa e nos Estados Unidos houve uma diminuição do proletariado industrial em função da retração da indústria provocada pelo aumento da produção em serviços. Ao mesmo tempo, diz, a produção industrial migrou para países periféricos, onde a mão de obra é mais barata. “Se nós olharmos para China, Índia e a América Latina nas últimas duas décadas, ainda que de modo desigual, a diminuição do proletariado industrial não se deu do mesmo modo. Na China, por exemplo, nas últimas três décadas, houve uma expansão enorme do proletariado industrial, como também em outros países da África e da América Latina, ainda que

uma tendência forte seja o crescimento do chamado trabalho em serviço”, detalha. Ou seja, para Antunes, a automação precisa ser pensada não como substituição, mas sim como maior precarização do trabalho humano.

Para Menegat, no entanto, essa migração do trabalho para países com mão de obra mais barata é temporária. Ele cita o caso dos cortadores de cana, que já lotaram os canaviais da cidade de São Paulo, vindos do Nordeste do Brasil. Quando as ceifadeiras tornaram-se mais rentáveis, trabalhando 24 horas por dia, cada uma substituindo até 15 trabalhadores, já não se fazia mais necessária a presença de cortadores nessa produção. Para Menegat, o mesmo vai acontecer com o telemarketing. “Hoje você abre postos de trabalho na Índia, onde os salários são mais baratos do que nos EUA, na Europa, e até mesmo no Brasil. Mas daqui a pouco esse trabalho poderá ser feito facilmente por um robô, por um software. O problema que o capitalismo produziu hoje é a humanidade como um excesso para o capital. Qual é a solução técnica para o excesso que a humanidade é? Eliminá-la. E isso já está acontecendo: temos a maior quantidade de refugiados no mundo, a maior quantidade de pessoas passando fome e a maior quantidade de pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão. E, na história do capitalismo, isso só tende a crescer”, alerta. Menegat vai ainda mais longe. Considerando que o trabalho é o elemento central do capitalismo e que sem trabalho não há consumo, ele tira conclusões ousadas. “A quarta revolução é o início do colapso do capitalismo. Nós chegamos a uma situação em que o sistema não funciona e isso produz uma situação catastrófica”, aposta.

Antunes, no entanto, é enfaticamente contrário à perspectiva de fim do trabalho: “É uma ideia eurocêntrica sem nenhuma base ontológica”. Ele conta que há trabalhadores jovens na construção civil recuperando prédios em Veneza, diz que “não há uma rua na China” que não tenha uma obra em curso. “São máquinas e operários, homens e mulheres trabalhando no esquema Zero Hora”, resume, citando uma modalidade de ‘contratação’ que nasceu na Inglaterra e ganhou espaço no mundo. Significa que o trabalhador, seja ele médico, advogado, professor, eletricista ou cuidador, fica aguardando um chamando pelo aplicativo para venda de seus serviços e só recebe pelas horas que trabalhou, sem nenhum vínculo formal nem direitos trabalhistas. O exemplo mais atual são os motoristas de Uber. Apenas no Brasil, segundo dados da própria empresa, o número desses trabalhadores saltou de 50 mil para 500 mil em 2016. E há um avanço pelo mundo, tanto que o movimento crescente de profissionais nessa modalidade de trabalho tem recebido o nome de ‘uberização’. “No caso dos motoristas de Uber é ainda pior que o Zero Hora, já que eles são punidos caso recusem as chamadas. São formas disfarçadas de trabalho assalariado que emergem na era digital, o que eu defino como os novos escravos digitais, que não têm o descanso de domingo e trabalham uma jornada superior a oito horas”, explica Antunes. O sociólogo argumenta que na Alemanha, um dos países mais industrializados do mun-

do, o desemprego continua em queda e atingiu um novo mínimo histórico, de 5,5% em janeiro deste ano, segundo dados da Agência Federal do Trabalho. Mas por que o nível de desemprego reduz ao mesmo tempo em que são introduzidas novas tecnologias? “Muitos jovens, na última década, perderam o emprego em tempo integral e passaram a fazer trabalho parcial para complementar a renda. Estão empregados, mas precarizaram as suas condições. Essa é a nova morfologia do trabalho. Dizer que a classe trabalhadora está aumentando ou diminuindo não explica nada. Nós temos que entender onde ela se precariza”, defende.

A mesma linha de argumentação pode ser usada para analisar potências como o Japão, onde o desemprego atingiu a menor taxa em 24 anos no mês de novembro de 2017, com apenas 2,7%. Esse é o mesmo país que lidera a lista dos mais robotizados do mundo, com 306 robôs para cada 10 mil trabalhadores em 2010, seguido pela Coreia do Sul e a Alemanha, com densidades de 287 e 253 robôs, respectivamente, segundo a Federação Internacional de Robótica (IFR, na sigla em inglês). No entanto, cerca de 22% da população japonesa trabalha mais de 49 horas por semana, de acordo com dados de 2014 do Instituto de Política do Trabalho e Treinamento do Japão. Os dados colocam o país atrás da Coreia do Sul, com 35% dos trabalhadores cumprindo uma jornada semelhante, e na frente dos Estados Unidos, onde o índice é de 16%. Em 2017, o número de mortes por excesso de trabalho no Japão fez com que a iniciativa privada adotasse o plano ‘Sexta-Feira Prêmio’, em que os funcionários são liberados às 15h toda última sexta-feira do mês. A ideia ganhou força após o suicídio de uma funcionária da Matsuri Takahashi da Dentsu, maior agência de publicidade do país. Ela registrou 105 horas extras em outubro de 2015, antes de tornar-se depressiva. Após a morte, o governo japonês fez buscas nos escritórios de várias empresas e elaborou um relatório constatando que um quinto das companhias tinham funcionários que faziam mais de 80 horas extras em um mês, o limite permitido pelo governo. Segundo estatística do governo, a jovem faz parte das mais de duas mil mortes anuais ligadas ao excesso de trabalho no Japão.

No Brasil, pouco industrializado se comparado aos países citados acima, a taxa de desemprego subiu para 13,1% no primeiro trimestre do ano, atingindo 13 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. “Não há como negar. Sempre que o capitalismo puder eliminar um trabalho vivo e substituí-lo por um trabalho morto, ou seja, por maquinaria, tecnologia, ele vai fazer. O trabalho morto, máquinas, equipamentos não se rebelam, não fazem greve, não ficam descontentes. Mas essa tendência forte tem limite. Esse avanço não pode chegar à extinção capital do trabalho, é uma impossibilidade ontológica e não só no capitalismo. Se um dia chegarmos a uma sociedade fundada num novo sistema de metabolismo social, onde o trabalho seja autônomo, livre, social, coletivo, onde a qualidade humana seja preservada, as reais necessidades das relações individuais sejam conectadas com necessidades coletivas, os que fazem e os que

concedem vão desaparecer”, defende Ricardo Antunes. A partir dessa consideração, ele afirma que não há nenhum interesse do capitalismo em chegar a esse ponto, pelo contrário. “O trabalho tem que ser flexível, multifuncional, sem direito, sem nenhuma normatização. As grandes redes de *fast food* contratam o trabalhador para uma jornada de 11h às 14h e depois ele recomeça às 19h para um novo turno. Como ele mora longe do trabalho, em vez de ir para casa, fica esperando na própria empresa. Quantas horas ele vai receber? Um salário miserável por no máximo seis horas. Isso é o que os capitais querem”, resume.

Dados da Organização Internacional do Trabalho parecem confirmar essa tendência. De acordo com a publicação ‘Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018’, a taxa de desemprego global se estabilizou após um aumento em 2016. As projeções indicam que esse número chegou a 5,6% em 2017, o que representa mais de 192 milhões de pessoas desempregadas no mundo. O relatório destaca o fato de que o progresso significativo alcançado no passado na redução do emprego vulnerável está paralisado desde 2012. Estima-se que cerca de 1,4 bilhão de trabalhadores estavam em empregos vulneráveis em 2017 e que outros 35 milhões deverão se juntar a eles até 2019. Nos países em desenvolvimento, o emprego vulnerável afeta três em cada quatro trabalhadores. Na América Latina e Caribe, a previsão é de que a taxa de desemprego diminua apenas marginalmente, passando de 8,2% em 2017 para 7,7% até 2019. Já na América do Norte, o desemprego provavelmente diminuirá de 4,7% em 2017 para 4,5% em 2018, impulsionado por maior oferta de trabalho no Canadá e nos Estados Unidos.

Para o gerente de Inovação e Tecnologia do Senai, Osvaldo Lahoz Maia, no Brasil esse cenário será um pouco diferente por conta do alto custo da robotização. Ele explica que, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, apenas 1,5% das empresas brasileiras estão 100% preparadas para serem totalmente automatizadas. A projeção é de que daqui a dez anos esse percentual suba para 25%. No Brasil, cerca de 11.900 robôs industriais serão comercializados entre 2015 e 2020, segundo a Federação Internacional de Robótica. “As sociedades industrializadas desenvolvidas já passaram da fase de produzir apenas bem de consumo, elas já associam as novas tecnologias a um serviço. O Iphone, por exemplo, não é apenas um aparelho celular, a tecnologia contida nele envolve um serviço. O Brasil ainda está preso na fase anterior, quando a indústria não consegue escapar desse intervalo de só produzir bem de consumo. Podemos afirmar que o país está sofrendo uma desindustrialização precoce. Os países desenvolvidos são desindustrializados depois que atingem um patamar de desenvolvimento conjunto entre indústria serviços, mas isso não ocorre aqui”, explica. Ainda assim, só no Brasil, 15,7 milhões de trabalhadores serão afetados pela automação até 2030, segundo estimativa da consultoria McKinsey.

Outras fontes

Indo além do cenário da robotização, Ricardo Antunes afirma que é o capital financeiro que comanda a perda e a precarização de postos de trabalho. “O capital financeiro é um Frankenstein sem alma. Em minutos bancos como Itaú, Santander e Bradesco ganham milhões de um dinheiro que nem vemos. Enquanto isso, temos quase 30 milhões de brasileiros desempregados, se considerarmos o subemprego e o desalento, em um país onde 100 milhões de pessoas fazem parte da parcela economicamente ativa. O que você pode dizer de uma população que tem quase 30% dela desempregada ou com trabalho não seguro? É uma tragédia”, denuncia.

Ruy Braga confirma que as formas de acumulação por especulação desestimulam o investimento produtivo e isso gera impacto sobre o emprego. “Isso significa um desestímulo à criação de postos de trabalho qualificados. Toda acumulação por especulação depende de uma espécie de pulso sobre tributos, sobre a dívida pública, sobre os fundos públicos, o que diminui muito o crescimento econômico num sentido amplo e a oferta de empregos”, explica.

Já Sérgio Amadeu ressalta a relação estreita entre financeirização e robotização, como duas faces de um mesmo processo “O que se vê hoje são computadores, algoritmos de alta frequência, que buscam os melhores investimentos, redes de alta velocidade, que são dispositivos indispensáveis para o desenvolvimento do mercado financeiro. Não existem condições de o mercado financeiro ter a proeminência sem as tecnologias que ele utiliza”, diz.

Que fazer?

Após sinalizar mudanças na configuração do trabalho no mundo, o relatório apresentado no Fórum Econômico Mundial recomendou foco imediato dos governos em ações que possam evitar o desemprego em massa. Entre elas está a construção de uma força de trabalho com habilidades futuras, que o texto chama de “talentos para liderar”, ou seja, o investimento em carreias que envolvam criatividade e relacionamento, funções que a inteligência artificial ainda não consegue reproduzir com precisão. A consultoria McKinsey também apontou em um de seus relatórios que, para cada posto de trabalho eliminado, 2,4 novos serão criados, principalmente em *startups* – empresas em fase inicial que desenvolvem produtos ou serviços inovadores, com potencial de rápido de crescimento. No entanto, segundo a empresa, a maior parte das pessoas que verão seu emprego desaparecer ainda não tem as competências necessárias para os trabalhos que surgirão.

Segundo o relatório, para cumprir as exigências de mercado, os governos e empresas precisarão mudar profundamente sua abordagem em relação à educação, habilidades e emprego, colocando o desenvolvimento de talentos e a futura estratégia da força de trabalho no centro de seu crescimento. “As empresas não podem mais ser consumidoras passivas de capital humano pronto. Eles exigem uma nova mentalidade para atender às suas necessidades de talentos

Nacional Comum Curricular (BNCC) são exemplos de passos já dados pelo governo brasileiro nessa direção. Marise explica que isso se expressa, principalmente, na redução da formação geral no ensino médio: pelas novas regras, somente as disciplinas de português e matemática poderão ter carga horária ampliada no horário integral. “Já que, segundo o relatório do Fórum, mais de 30% das competências se perdem num período curto, é preciso que haja mecanismos para a renovação dessas competências”, diz, explicando que, por isso, as reformas apostam no alargamento da parte flexível do currículo às custas da redução da formação básica. Isso explica também, segundo Marise, o fato de a BNCC, que trata da parte comum do currículo, ser organizada por competências, que podem ser facilmente renovadas. “O problema de levar essa abordagem da renovação permanente das competências para a educação é que se promove uma educação no varejo. Fazer qualificações pontuais conforme demandas de novas competências não redundam num trabalhador qualificado, autônomo, capaz de gerir a flexibilidade da produção”, critica. E completa: “Sem dúvida, a requalificação é absolutamente necessária. Mas uma qualificação de fato, principalmente considerando as novas tecnologias, precisa se dar a partir de uma base de formação científica, tecnológica, cultural que permita ao trabalhador compreender esse novos processos”.

Gaudêncio Frigotto, professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), concorda: “A melhor educação para o futuro imprevisível é uma excelente educação básica”, diz. E completa: “O jovem que frequenta os Institutos Federais, o Colégio Pedro II, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, por exemplo, ganha os elementos para a leitura do mundo, como dizia Paulo Freire. Aprende, ao mesmo tempo, o domínio da ciência e da técnica que está por trás dos processos produtivos e do serviço, que vai da medicina à educação, da cultura à arte... Já nessa perspectiva de adestramento, desprepara-se o estudante tanto do ponto de vista do direito à cidadania quanto do direito a lutar por seu futuro”.

Desviando o foco dessas ‘soluções educacionais’, Ruy Braga alerta que a discussão sobre a relação entre a quarta revolução industrial e o desemprego deveria estar pautada na redução da jornada de trabalho para toda a sociedade. “Não há necessidade de se continuar trabalhando 44 horas por semana. Se houvesse melhor distribuição da carga horária, mais pessoas teriam acesso ao emprego. O debate clássico e estratégico para a esquerda brasileira e mundial hoje é como diminuir a jornada de trabalho sem redução de direitos. Ficar batendo palma para esse tipo de bobagem de catástrofe tecnológica é coisa de ficção científica”, avalia. Nesse sentido, as próprias tecnologias ofereceriam a possibilidade de superar positivamente a situação de catástrofe do emprego. “O trabalho poderia ser organizado de forma mais humana, com o uso das tecnologias que proporcionassem condições mais leves de se trabalhar e de se ter mais

qualificação, ou seja, deveríamos discutir o bem-estar das pessoas”, defende.

Marildo Menegat discorda dessa estratégia. “É uma esquerda cega essa que se pautou historicamente em desenvolver esse modelo de sociedade que se apega apenas no debate da melhor distribuição de riqueza. O mundo do trabalho só pode ter uma transformação se eliminarmos qualquer possibilidade de o trabalho ser central na existência humana”, argumenta. Ele acredita que considerar o trabalho como processo de humanização é uma “furada”. “Temos que ser capazes de elaborar condições de nos tornarmos seres livres, autodeterminados. Se eu quero sair do mundo do capital, preciso ser contra o trabalho e não pelo trabalho. Ou nós transformamos o nosso modo de produção, ou seja, conseguimos de fato superar essa forma sistêmica de vida, ou estamos perdidos”, sentencia.

Além da interação dos sistemas educacionais com o empresariado, da redução da carga horária sem perda de direitos e a superação do próprio sistema, outras alternativas têm sido defendidas para superar a perda de postos de trabalho no mundo. “A longo prazo, a única saída é que toda pessoa tenha uma renda garantida pelo Estado, já que a produção vai ser cada vez mais abundante e não dependerá de uma grande força de trabalho, mas sim de inteligência estratégica de robôs e de algoritmos”, defende Sergio Amadeu. Para ele, a renda básica universal poderia ser implantada de forma a reduzir a precarização do trabalho e garantir que todos pudessem consumir. Alguns especialistas associam essa medida à taxação dos próprios robôs, num processo em que o empresário pagaria ao Estado o imposto por cada robô que utiliza.

Um projeto parecido foi tema de um plebiscito na Suíça em 2016. Eleitores rejeitaram em uma votação esmagadora a proposta que garantiria renda básica equivalente a R\$ 9 mil mensais para todos os cidadãos do país. Os resultados finais mostraram que 77% dos eleitores se opuseram ao plano e 23% foram favoráveis. Se tivesse sido aprovada, a proposta garantiria renda incondicional para todos os adultos, independentemente de trabalharem ou não. O Estado pagaria ainda 625 francos suíços (R\$ 2.270) para sustentar cada criança. Os defensores da medida argumentavam que como o trabalho está cada vez mais automatizado, há menos empregos disponíveis. Com uma renda *per capita* estimada em US\$ 59 mil ao ano (R\$ 211 mil) e taxa de desemprego inferior a 4%, o país não carece de políticas públicas de combate à pobreza, segundo os defensores do projeto, o que lhe permitiria “dar-se ao luxo” de experimentar tal estratégia. Mesmo essa medida, no entanto, não é consensual. Ricardo Antunes é um dos que problematizam. “O capitalismo destrutivo tem um conjunto de medidas que são paliativas. Isso não muda a estrutura desigual do capitalismo brasileiro. É como o Bolsa Família, que não tocou em nenhum pilar estruturante da miséria brasileira, assim como a renda universal não vai tocar nos pilares estruturantes da miséria global”. O

POR TRÁS DO ESCOLA SEM PARTIDO

Especialistas apontam que movimento está alinhado a parlamentares ligados a segmentos religiosos, evocando um discurso moralista para atacar a autonomia docente

Katia Machado

Eles estão por toda a parte, hasteando a bandeira da defesa da família e contra um processo de ‘doutrinação’ nas escolas. São os defensores do Movimento Escola Sem Partido (Mesp), criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, cujas ideias são evocadas por parlamentares ligados a segmentos religiosos mais conservadores, tanto católicos – principalmente da Renovação Carismática Católica – quanto evangélicos de diferentes denominações. Juntos, todos esses integram a chamada bancada da bíblia no Congresso Nacional.

Nesse contexto de interseções, destaca-se o projeto de lei (PL) nº 7.180/2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PEN-BA), integrante da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) da Câmara. Ele propõe mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar “nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Isso significaria, por exemplo, que filhos de pais que acreditam no criacionismo, ou seja, na crença religiosa de que a humanidade, a vida, a Terra e o universo são a criação de um agente sobrenatural, não poderiam aprender sobre a Teoria da Evolução, com base científica. O texto traz apensados os PLs 7.181/2014, 867/2015, 1.859/2015, 5.487/2016, 8.933/2017, 9.957/2018 e 6.005/2016 – apenas este, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), está na contramão do grupo, propondo a criação do programa ‘Escola Livre’. Apresentado no último dia 8 de maio na comissão especial destinada à analisar a proposição, recebeu parecer favorável um texto substitutivo que proíbe também o uso da palavra “gênero” e da expressão “orientação sexual” em sala de aula, mesmo em disciplinas “complementares ou facultativas”. O relator foi o deputado Flavinho (PSC-SP), ligado ao projeto Canção Nova, da Renovação Carismática Católica.

Professora da rede municipal de educação do Rio de Janeiro e integrante do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido, Fernanda Moura – que pesquisou o movimento e os projetos de lei federais relacionados a ele em sua dissertação de mestrado – observa que, por trás do movimento e dos discursos de defesa da família e da moral, há o intuito de enfraquecer a autonomia pedagógica e, conseqüentemente, ocupar os espaços políticos pela imposição da religião. Ela sublinha que o Mesp desponta no final de 2015, quando inicia o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, uma vez que a denúncia de ruptura da ordem democrática feita por parte dos professores era respondida pelo movimento como abuso da liberdade de ensinar e doutrinação política e ideológica. “Fundamentalmente temos

uma disputa em torno de um modelo mais progressista ou mais conservador de sociedade”, realça a professora, revelando que de 2016 para cá os projetos de lei que incluem as propostas do movimento saltaram de um pouco mais de 40 para 161 em todo o país. Na página no Facebook do Professores Contra o Escola Sem Partido, que complementa o levantamento da professora, estão listados 12 projetos federais, 25 estaduais e 124 municipais – alguns chegaram a ser aprovados, como a lei alagoana nº 7.800/2016, que propunha combater uma suposta “doutrinação ideológica marxista nas escolas”. Neste caso, em atenção a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) encaminhada pela Advocacia-Geral da União (AGU), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso decidiu, no ano passado, pela inconstitucionalidade da lei.

Neste horizonte de proposições que circulam pelas casas legislativas brasileiras, sobressaem-se os partidos políticos PP, PSC, PSDB, MDB, DEM e PEN.

Sugestões encadeadas

Base para todas as proposições, o PL 2.974/2014 foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2014 pelo deputado Flavio Bolsonaro (PSL-RJ), que, segundo Fernanda, encomendou o texto a Miguel Nagib – o deputado estava, na ocasião, no PP, filiou-se em 2016 ao PSC, partido do mesmo deputado Flavinho, transferindo-se este ano para o PSL. Na sequência, foi proposto no município do Rio projeto semelhante, o PL 867/2014. Não por acaso, a iniciativa foi do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), irmão de Flavio, ambos filhos do deputado federal e pré-candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, que naquele ano estava no PP e filiou-se em 2016 ao PSC, onde ficou até o início deste ano. Segundo Fernanda, de lá para cá, o texto foi adaptado para todas as casas legislativas e disponibilizado pronto para os parlamentares que se dispusessem a apresentá-lo.

Ela recorda que, em 2016, o Mesp, estrategicamente, acrescentou em sua página o link ‘ESP nas eleições’, trazendo fotos dos candidatos que se comprometeram a colocar as propostas do movimento nas casas legislativas. “Na medida em que parlamentares apresentam projetos, com a influência direta do coordenador e idealizador do movimento em reuniões e audiências públicas, o discurso conservador que criminaliza professores vai ressonando em todos os cantos”, conta, acrescentando que muitos fazem uso de um ‘pânico moral’ para se elegerem. “Foi o caso do conservador da direita e fundador do movimento Politicamente Incorreto, Carlos Jordy. Ele foi eleito, em 2016, vereador de Niterói [RJ] pelo PSC, antigo partido de Jair Bolsonaro, de quem até hoje re-

PP
 PLs 7.181/2014
 Movimento Brasil 200
 PLs 867/2015
 PLs 1.859/2015 DEM Movimento Revoltados online
 PSDB PLs 5.487/2016
 PSC MDB
 PLs 8.933/2017 Movimento Brasil Livre (MBL)
 PLs 9.957/2018
 PEN

cebe apoio, bem como de toda a família. Extremamente reacionário, ele já propôs o Escola Sem Partido em Niterói, tendo viajado pelo Brasil inteiro para defender as ideias do movimento em audiências públicas realizadas sobre a temática. Jordy, de repente, virou ‘um grande homem da política brasileira’”, exemplifica.

Paladinos da moral

O deputado Flavio Augusto da Silva (PSC-SP), o mesmo Flavinho lá de cima que foi relator do PL na comissão especial da Câmara, é mais um exemplo exitoso desta aproximação entre política, religião e conservadorismo. Novato na carreira política, ele foi eleito com 90 mil votos, sob a bandeira da luta contra o aborto e da defesa dos interesses católicos. Segundo Fernanda, em diversas ocasiões, o deputado integrou comissões importantes, entre elas a de Educação (CE), de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), do Estatuto da Família (CEF), do Estatuto do Desarmamento, da Maioridade Penal e da Liberdade de Opinião e Ensino Religioso. “Ele é aliado de outros dois importantes deputados defensores das ideias conservadoras cristãs: Gilvado Carimbão [PHS-AL] e Diego Garcia [PHS-PR]”, conta Fernanda. O primeiro é líder da Frente Parlamentar Católica (FPC). O segundo,

por sua vez, foi presidente do conselho diocesano da Renovação Carismática Católica em Jacarezinho, Paraná, concedendo longo parecer favorável ao PL 7.180/14, em pauta no momento. No texto do parecer, Garcia afirma que, ao permitir a autonomia pedagógica, “estariamos contribuindo para solapar a autoridade moral dos pais sobre seus filhos, o que arruinará de vez a já comalida família brasileira”.

Entre os propositores do Escola Sem Partido no nível federal estão também muitos evangélicos, grupo que predomina na Câmara dos Deputados – segundo a página da Casa Parlamentar, dos 92 parlamentares da bancada na Câmara, eleitos em 2014, 26 pertencem à Igreja Assembleia de Deus, 12 são da Igreja Batista e 11 da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), somando juntas 49 deputados. Deste grupo, faz parte o deputado Herivelto Santana (PEN-BA), autor também do PL 7.181/2014, que “dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal”. O integrante da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) pela Igreja Assembleia de Deus, que costuma se apresentar como professor, mesmo sem ter completado a Licenciatura em História pela Universidade Católica de Salvador, era do PSC-BA quando apresentou o projeto. Ele já tinha usado esse texto em uma Proposta de Emenda à Constituição (nº 435/2014) apresentada em novembro do mesmo ano. A ideia era alterar o art. 10 da Constituição Federal em dois pontos: tornar obrigatório um novo currículo mínimo a cada dez anos; e determinar que os sistemas educacionais respeitem as convicções dos alunos e seus responsáveis. “Quase todos os proponentes são representantes de algum segmento religioso na Câmara dos Deputados, tendo usado o capital religioso para se eleger, além de fazerem proselitismo religioso durante o mandato”, afirma a professora.

Fernanda revela que, dos 16 deputados que assinam a proposição junto com Santana – são eles: Erivelton

ALEX FERREIRA / CAMARA DOS DEPUTADOS



Projeto de lei 'Escola Sem Partido' tem à frente os deputados Flavinho e Marcos Rogério, da bancada da bíblia. Ao lado deles, o advogado Miguel Nagib.

Santana, Givaldo Carimbão, João Campos, Alan Rick, Celso Russomanno, Luiz Carlos Hauly, Eduardo Cury, Flavinho, Stefano Aguiar, Rosângela Gomes, Antônio Carlos Mendes Thame, Leonardo Picciani, Imbassahy, Evandro Gussi, Bonifácio Andrada e Izalci Lucas –, cinco são evangélicos, seis são católicos e os outros cinco não costumam declarar sua religião. Seis deles fazem parte da Frente Parlamentar Católica, incluindo o próprio presidente da Frente, e nove integram a Frente Parlamentar Evangélica, incluindo também o próprio presidente da Frente. Três dos parlamentares católicos fazem parte de ambas as Frentes. “O deputado João Campos é filiado ao PSDB e líder da Frente Parlamentar Evangélica, delegado e pastor pela Assembleia de Deus. Assim como ele, o deputado Alan Rick, do PRB, e o deputado Stefano Aguiar, do PSB, também são pastores. O segundo pertence à Igreja do Evangelho Quadrangular”, lista alguns exemplos.

Autor do PL nº 5.487/2016 na Câmara federal, que “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que versem sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”, o deputado Victório Galli (PSL-MT) também é da Assembleia de Deus. De acordo com Fernanda, ele segue o mesmo discurso de que existe uma doutrinação em curso para destruir a família, alinhando-se com os deputados Marcos Rogério (DEM-RO) e Marco Feliciano (PODE-SP). O primeiro é evangélico, sustenta sua campanha e seu mandato sempre na pauta moral cristã, preside a comissão especial da Câmara que analisa o PL 7.180/2014, que foi apresentado na reunião do dia 8 de maio e faz parte de um partido que já apresentou vários projetos favoráveis ao Escola Sem Partido em casas legislativas estaduais e municipais. O segundo, por sua vez, é pastor da igreja neopentecostal Catedral do Avivamento, braço da Assembleia de Deus. Nas eleições de 2010, Feliciano foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país (212 mil), já tendo presidido a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, cargo que exerceu durante o ano de 2013. Na CDHM, por diversas vezes, Feliciano tentou votar um projeto que anulava trechos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que proíbe os profissionais dessa área de colaborarem com eventos e serviços que ofereçam ‘tratamento’ para a homossexualidade e veda

manifestações que reforcem preconceitos sociais em relação aos homossexuais. “A podridão dos sentimentos dos homosfetivos levam (sic) ao ódio, ao crime, à rejeição. Amamos os homossexuais, mas abominamos suas práticas promíscuas”, postou Feliciano em sua conta no Twitter, em março de 2011, em uma das suas várias declarações polêmicas sobre esse e outros temas.

Sob a mesma bancada está o deputado Eurico da Silva (PEN-PE), autor dos projetos na Câmara Federal PL nº 8.933/2017, que “altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais”, e o PL nº 9.957/2018, que “acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola”. Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, segundo Fernanda, Eurico foi protagonista, ao lado dos deputados e pastores evangélicos Marco Feliciano (PSC-SP) e Marcos Rogério (PDT-RO), do lobby na Casa Parlamentar para a retirada do termo “gênero” do texto final do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 na Câmara dos Deputados.

Em meio a esse imbróglio, recorda Fernando Penna, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Movimento Educação Democrática e crítico ferrenho do Mesp, foi apresentado ainda no Senado Federal o PLS 193/2016, do senador Magno Malta (PR-ES), propondo incluir entre as diretrizes e bases da educação o Programa Escola sem Partido. O projeto foi retirado estrategicamente de tramitação, depois que recebeu parecer negativo do senador Cristovam Buarque (PPS-DF). “Muitos viram nisso uma vitória, mas logo depois Miguel Nagib grava um vídeo com Magno Malta, que explica que foi uma retirada estratégica para não prejudicar a tramitação do projeto da Câmara”, alerta Penna, para quem isso aponta para a possibilidade de Malta ser o relator do PL 7.180 se ele passar pela Câmara e chegar ao Senado. “Eles estão usando a comissão, que já foi chamada de ‘CPI da Doutrinação’, como palco de divulgação, facilitando a aprovação do projeto”, garante o professor. E acrescenta: “Não acho difícil a Câmara aprovar o projeto, principalmente se o movimento docente não reagir rapidamente”.

Interesses partilhados

Autor dos PLs nº 867/2015, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola sem Partido, e nº 1.859/2015, proibindo a aplicação do que insiste chamar de “ideologia de gênero” ou “orientação sexual” na educação, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), segundo Fernanda Moura, não costuma usar uma religião específica em seus discursos, mas fala sempre em “defesa da família”, alinhando-se aos discursos da chamada bancada da bíblia. Nesse caso, segundo a professora, trata-se de um ponto fora da curva. “Ele é filiado aos reformadores empresariais da educação, foi dono – ou ainda é – de uma rede enorme de empresas de universidades particulares, dirigiu um sindicato patronal das instituições privadas de ensino do instituto

federal e tentou, no Distrito Federal, implantar um projeto aos moldes do *voucher* chileno, chamado cheque-educação, que propunha que os estudantes da rede pública com boas notas pudessem ser matriculados com descontos nas escolas particulares que escolhessem”, descreve a professora.

O deputado, segundo ela, ganhou visibilidade nacional com a Lei da Reforma do Ensino Médio, da qual foi relator na Câmara. “Ao buscar quem foram os financiadores de campanha do Izalci Lucas, verificaremos que entre eles estão grandes conglomerados educacionais, inclusive internacionais”, informa. Segundo o Portal Atlas Político, o deputado recebeu nas campanhas eleitorais de 2014 um total de R\$ 1.033.145. Entre os seus maiores doadores, além dele próprio, estão a Bradesco Vida e Previdência S.A., com R\$ 100 mil – a Fundação Bradesco é uma das mantenedoras do maior movimento empresarial nessa área, o Todos pela Educação –, além da Sociedade Padrão de Educação Superior LTDA, Devry Educacional do Brasil S/A e Rede Internacional de Universidades Laureate LTDA, com R\$ 50 mil cada uma.

Considerado por Fernanda um dos mais nocivos projetos em tramitação no país, o PL nº 1.859/2015, em 16 páginas, propõe que “a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”. No documento, Izalci Lucas cita a obra de Karl Marx para “denunciar” que está em curso um projeto de implantar o comunismo através do “marxismo cultural”. “Só que ele cita trechos inexistentes do pensamento de Marx, pega frases específicas da obra, vai colando uma frase na outra, como se fossem um só parágrafo”, diz Fernanda. O deputado escreve no texto do PL que, “conforme atesta uma amplíssima literatura que poucas vezes é levada ao grande público, a doutrina marxista sustenta ser impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destrua a família”. O exemplo principal seria um trecho do livro ‘A Ideologia Alemã’ em que Marx e Friedrich Engels explicam que a divisão do trabalho que caracteriza a sociedade capitalista tem como germe a “divisão natural do trabalho na família”, em que “mulher e filhos são escravos do marido”.

O deputado também chega a argumentar que a Escola de Frankfurt, uma corrente de pensadores da teoria social alemã nascida na década de 1920, aprofundou a ligação entre a revolução marxista e a destruição da família. Isso porque Max Horkheimer, importante expoente da Escola de Frankfurt, afirma, no ensaio ‘Autoridade e Família’, publicado em 1936, que “o que impede a destruição da cultura é a autoridade, e o que condiciona nos homens a autoridade é precisamente a família”, segundo o relatório.

Por fim, Izalci Lucas cita observações do padre José Eduardo de Oliveira, um professor de Teologia Moral, que diz que os docentes estão utilizando a ‘ideologia de gênero’ para destruir as famílias. Para Fernanda, com isso, o deputado alia interesses político-ideológicos e econômicos. “O deputado utiliza-se de discursos que criminalizam e demonizam a imagem do professor e, por meio deste discurso da moralidade, abre espaços para a compra de materiais educativos prontos e para a privatização da educação de maneira

geral, bem como para a entrada de grandes grupos empresariais na educação brasileira”, afirma.

Mas existe de fato uma relação direta entre o Movimento Escola sem Partido e a pauta empresarial para a educação? “Há uma tensão que envolve momentos de aproximação e afastamento entre o discurso ultraconservador do Escola sem Partido e o discurso neoliberal dos reformadores empresariais da educação”, responde Fernando Penna. Ele exemplifica: “Quando a Lei ‘Escola Livre’, aos moldes do Escola Sem Partido, foi aprovada em Alagoas, o movimento Todos pela Educação, reconhecido por estudiosos por sua lógica empresarial, posicionou-se contra a proposição. E, quando eu escrevi uma carta em defesa da liberdade de expressão em sala de aula, por ocasião de uma audiência sobre o PLS 193/2016, do senador Magno Malta, a Fundação Roberto Marinho pediu para assinar o documento”.

Na avaliação do professor, o Escola sem Partido é um projeto que pretende remover da escola o seu caráter educacional e, por isso, entra em choque com posições do setor empresarial da educação. “O Instituto Ayrton Senna, também reconhecido por sua lógica empresarial, por exemplo, tem como uma de suas principais pautas o desenvolvimento das competências socioemocionais. E competência socioemocional não faz parte do Escola Sem Partido”, compara. O ponto em comum entre as pautas, sugere Penna, é que, ainda que de forma distinta, aos dois lados interessa afetar a autonomia docente, tanto na universidade quanto na educação básica, uma vez que a autonomia dos professores também obstaculiza o avanço da lógica empresarial no campo educacional.

Penna alerta, por outro lado, para o fato de grupos liberais, como o Movimento Brasil Livre (MBL), estarem bastante alinhados com o Mesp – um de seus líderes, o vereador Fernando Holiday (DEM-SP) chegou a fazer “visitas surpresa” em escolas da rede municipal para fiscalizar a atuação dos professores em busca de evidências de ‘doutrinação’. “Nagib não fala, por exemplo, que bem antes de criar o movimento já fazia parte do Instituto Liberal, onde já fazia críticas à ‘doutrinação ideológica de esquerda’, nem que era articulista do Instituto Millenium, um braço do Instituto Liberal”, conta, lembrando que essas entidades, bem como o MBL, fazem parte de uma rede internacional de *think tanks*, ou seja, de centros de pensamento e produção de pesquisas, ideias e projetos de políticas públicas, voltados ao livre-mercado e à disseminação do liberalismo.

Na mesma direção, segue o Movimento Revoltados online, que tem à frente a cunhada de Nagib, Beatriz Kics, que nas redes sociais também apoia outro movimento, intitulado ‘Mães pelo Escola Sem Partido’, e o movimento Brasil 200, lançado este ano pelo empresário Flavio Rocha – dono da rede varejista Riachuelo e candidato à Presidência da República defendido pelo MBL. O ‘Brasil 200’ lista dez princípios para o Brasil, e entre eles está a defesa do Escola Sem Partido e o combate à erotização precoce como formas de proteção à criança.

Procurados pela Poli, Miguel Nagib e o deputado Izalci Lucas não responderam às solicitações de entrevista para esta reportagem. ○

'A ESQUERDA NÃO ESTÁ À ALTURA DO TEMPO HISTÓRICO NO BRASIL'

Cátia Guimarães

ARQUIVO PESSOAL



A recente paralisação dos caminhoneiros causou polêmica quanto aos seus atores, interesses e objetivos. Afinal, foi greve ou locaute?

Era greve e era locaute. Esse movimento exige uma análise mais cuidadosa, porque se trata de uma categoria complexa, com interesses muito diversos. E a própria conjuntura política é complicada. Essa é uma categoria que historicamente, quando se movimenta, canaliza interesses apropriados pela direita. Ao mesmo tempo, há legitimidade na demanda deles, no tocante, por exemplo, aos interesses dos trabalhadores autônomos, embora alguns deles talvez se considerem empreendedores, empresários. Esses trabalhadores, particularmente, foram penalizados pela política de preços da Petrobras. Na verdade, a política de preços tocada pelo Pedro Parente [ex-presidente da estatal] penalizou o povo brasileiro, em defesa do interesse dos investidores, dos acionistas. Então, nós podemos dizer que os caminhoneiros trouxeram uma reivindicação legítima. Mas ela mistifica quando não toca na questão essencial, que é o que os golpistas fizeram com a Petrobras. Ao invés disso, eles se atêm apenas ao interesse corporativo imediato – muitas vezes constituído por forças políticas estranhas a essas reivindicações legítimas – e colocam demandas que, contraditoriamente, vão contra os interesses do povo como, por exemplo, a privatização da Petrobras.

Mas a luta não começa quase sempre pela necessidade imediata, muitas vezes corporativa? Como se dá a passagem para uma luta mais ampla, mais consciente?

A questão é a ausência de um sujeito capaz de dar uma direção e disputar a hegemonia do movimento, que hoje isso está no campo da direita. Não é só a questão dos caminhoneiros. Há uma tremenda incapacidade de as forças progressistas de esquerda fazerem a disputa na sociedade contra os interes-

GIOVANNI ALVES

A população aplaudiu. Parte da esquerda se calou. O governo Temer tremeu. Foram 11 dias de paralisação, gerando desabastecimento em diversas cidades. Vitimada mais pelo preço da gasolina e do gás de cozinha do que pela carência daqueles dias, 87% da população aprovou o movimento dos caminhoneiros – embora, uma vez finalizado, 69% avaliem que ele trouxe mais prejuízos do que benefícios ao país, segundo pesquisa Datafolha. A memória de momentos históricos dos caminhoneiros – como a participação no boicote que ajudou a enfraquecer o governo de Salvador Allende, no Chile –, somada ao pedido de intervenção militar, vocalizado por parte dos manifestantes, dividiu partidos e movimentos sociais de esquerda. Diante da exigência concreta, de redução dos impostos que incidem sobre os combustíveis, aumentou a desconfiança de que a greve era, na verdade, locaute – um movimento de empresários e não de trabalhadores.

O que o sociólogo e professor Giovanni Alves, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), explica nesta entrevista é que tanto essa categoria quanto a conjuntura brasileira em que a paralisação aconteceu são bem mais complexas do que essas classificações expressas. Ele ressalta que, num contexto como esse, de demandas legítimas com soluções regressivas, fica mais claro perceber a falta de um sujeito político capaz de disputar o sentido das pautas e da organização de trabalhadores. O resultado, diz, é que eles acabam sendo atraídos por movimentos de direita. E essa ausência se expressa ainda, segundo ele, na dificuldade de se “traduzir” o problema para a população, dando um passo além da consciência imediata. “Quem é que movimenta as ruas?”, questiona.

ses da direita. É incrível a ausência de um sujeito capaz de dar uma direção, uma discussão que seja ideológica e política. Afinal de contas, o problema é a Petrobras, é o Estado ou é o mercado? Essa discussão nós não temos. Há uma ausência, por exemplo, da CUT [Central Única dos Trabalhadores], do PT [Partido dos Trabalhadores], dos movimentos sociais. O MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] tentou fazer algum nível de aproximação, nesse caso dos caminhoneiros. Isso é importante, principalmente com os setores de classe média, que teoricamente estão ligados aos interesses liberais. E isso não é só uma questão da greve dos caminhoneiros. Vivemos, por exemplo, um fracasso total da política do governo Temer. Mas a questão é como vamos dar consequência a isso para dar uma direção. Como as categorias e os setores vão traduzir o fracasso dos golpistas? Essa é a questão fundamental. O importante não é o que Temer fez com o Brasil, é o que nós vamos fazer com aquilo que ele fez. E isso passa pela questão da disputa político-ideológica. Mas a esquerda não tem essa capacidade. Historicamente, é uma esquerda frágil nesse campo. E o partido que poderia estar conduzindo isso está apenas com uma obsessão: Lula livre. Está esperando que venha o salvador, só no âmbito eleitoral. No plano imediato social, o Brasil está vivendo um conjunto de explosões, de insatisfações, de inquietações. Quem é que está conduzindo isso? O partido que está dando a direção disso chama-se TV Globo. Ou setores da direita, que se envolvem no movimento dos caminhoneiros pregando a bandeira do caos. Porque a eles interessa a desorganização para colocarem suas demandas imediatas no plano da consciência contingente, que é uma consciência despolitizada. Isso explica o crescimento da extrema-direita ou pelo menos dessas candidaturas oportunistas, como a do [Jair] Bolsonaro, que se apropria desse clima de vácuo político.

Há uma especificidade na paralisia da esquerda neste momento ou essa é realmente uma característica histórica?

Olha, tem questão imediata e tem questão histórica, estrutural, de organização. É preciso entender um pouco o que vem acontecendo com o Brasil nos últimos 30 anos. E não apenas no Brasil: vemos em nível mundial uma dificuldade imensa de a classe trabalhadora, as entidades políticas e sindicais, tomarem a direção de processos políticos complexos, de contradições, da luta de classes. E as forças da direita têm se aproveitado disso, até porque elas lidam com a inércia, com a contingência, com a reprodução dessa ordem podre do capital. A questão principal tem a ver também com o fato de nos últimos dez anos os governos do PT não terem investido na politização da sociedade. Pelo contrário. A sociedade brasileira historicamente é despolitizada, desde, pelo menos, a ofensiva neoliberal.

O neoliberalismo tem como característica despolitizar a sociedade. E não se fez movimento contrário a isso. O PT desarmou a sociedade para o enfrentamento com aquelas forças da ordem do capital. O espírito do lulismo é a conciliação, a concertação social. Nós não nos preparamos para o enfrentamento. E se você não se prepara, quando chegar o momento, obviamente vai ter dificuldade. E é o que nós estamos vendo hoje. O partido mais importante da esquerda brasileira perdeu o seu enraizamento nos movimentos sociais. As instituições e as direções estão fragilizadas e paralisadas porque não estavam se preparando para este momento. O governo Dilma [Rousseff] é a síntese dessa nossa debilidade política para o enfrentamento: foi cedendo, cedendo, até tergiversando sobre seus interesses, e cometeu falhas terríveis. Quando foi deposto, o partido ficou paralisado. O partido nunca pensou no enfrentamento e apostou todas as fichas numa personalidade carismática, que hoje está se colocando como salvador da pátria. E não é. Porque esse problema não vai se resolver em 2018 nem em 2019. A crise brasileira hoje não é um mero problema de governo. É um problema de Estado, de um Estado que apodreceu. E que está colocando obstáculos para que a gente possa ter outro projeto de nação. Em 2018, uma parte da esquerda está mistificada pelas eleições, embora elas sejam apenas um elemento desse processo. A disputa está nas ruas, está na sociedade. A direita já percebeu isso.

Na sua avaliação, a direita está mais preparada para a disputa nas ruas do que a esquerda?

Claro. Porque ela tem um instrumento midiático poderosíssimo, que é a Rede Globo. Não é uma questão de estar mais preparado, é que, para eles, trata-se de manter a ordem e isso é mais fácil do que superar. Eles agem pela inércia.

Mas temos assistido nos últimos anos à organização de movimentos sociais da direita, nas ruas, como um fenômeno relativamente novo. Eles estão conseguindo dirigir as insatisfações a seu favor? No caso da greve dos caminhoneiros, a direita levou a melhor?

Veja bem: nós estamos numa guerra, formada por várias batalhas. O golpe não se restringiu ao impeachment da Dilma, ele é um processo complexo, que envolve Congresso, Judiciário, sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, os movimentos sociais... Naquilo que é necessário – quer dizer, na disputa das ruas, dos movimentos sociais – até que ponto a esquerda está fazendo o enfrentamento? O lulismo não foi responsável pelo que está acontecendo hoje, mas durante dez anos contribuiu para despolitizar a sociedade para o enfrentamento da luta de classes. Daí quando a luta de classes bate à porta, não se sabe o que fazer. Diante dessa paralisia da força

progressista mais importante do Brasil, evidentemente, a inércia favorece a direita. Agora, a direita também não é orgânica. Não dá para falar “a direita”. Basta ver, por exemplo, que eles também não têm um candidato único. Estão flertando com Bolsonaro, Marina... No plano eleitoral, há uma dificuldade também para eles. Quanto às organizações que tiveram importância na mobilização pelo impeachment, eu diria que aquela foi uma fase. O fato de elas estarem presentes na primeira fase não necessariamente quer dizer que estão na segunda, na terceira... Esses atores aproveitaram o vácuo.

Eu particularmente acho que a esquerda não está à altura do tempo histórico no Brasil. É por isso que nós estamos perdidos em algumas frentes. Nem a esquerda conseguiu avançar nem a direita, pela sua própria complexidade, consegue avançar. E, enquanto isso, a ordem social, política e institucional se despedaça. E eu acredito que isso não vai mudar agora. Diferente do que acontece na Argentina e outros lugares, tem um abalo democrático no Brasil: aqui a direita chegou ao governo por um golpe. Isso coloca o espectro da intervenção militar, da personalidade carismática... Eu espero que as forças políticas de esquerda possam se recompor e colocar as questões necessárias, de restabelecer o Estado Democrático de Direito. E chamar uma Assembleia Constituinte. Mas até agora ninguém colocou essa questão.

Reforçou a sensação de locaute ou de uma manifestação conservadora o fato de, em vários pontos, os caminhoneiros pedirem “intervenção militar”. Isso foi majoritário? Estudiosos que acompanharam partes do movimento narram que para eles intervenção militar não era sinônimo de ditadura, que Bolsonaro não estava propriamente presente e que havia uma forte oposição ao presidente Michel Temer. Qual a sua avaliação sobre isso?

A oposição ao Temer é unanimidade. É um governo golpista, que fracassou. E não poderia ser diferente. Os caminhoneiros são uma categoria estratégica, por causa do impacto que são capazes de gerar no abastecimento, o que historicamente é muito perigoso. Essa greve foi só a síntese dessa tremenda confusão política que é dada por falta de uma direção que o Brasil vive desde 2013. De certo modo, até 2014 a eleição da Dilma colocava alguma perspectiva de que pudesse se sustentar com um governo, mas foi o contrário. Entra um novo governo, gerando algumas expectativas, que nós sabíamos que eram falsas. Quem estava acompanhando a conjuntura sabia que aquilo iria levar ao que estamos vivendo hoje. A questão é o que fazer com isso. As políticas neoliberais de Temer estão destruindo o país. E é aí que entra a falha de uma direção. Mas eu digo direção num

sentido mais amplo. Porque se formos culpar o PT e a CUT, por exemplo, nós estaremos mistificando. Há deficiências estruturais no enfrentamento do capitalismo global. A nossa resposta está muito aquém do que deveria ser.

Como é uma guerra com várias frentes, temos que conseguir responder ao oportunismo da extrema-direita que está dando como alternativa o seu candidato, a sua linha. Há pessoas que ganham com o caos. E os caminhoneiros são uma categoria fundamental para semear o caos. Em qualquer país. Quem que derrubar governo, mudar a ordem de forma caótica, aciona categorias que, paralisando, podem gerar desabastecimento. Agora, não vamos culpar os caminhoneiros. Eles reivindicam, traduzem aquilo que está presente nessa conjuntura em que falta um sujeito coletivo que dê uma direção na sociedade, que diga o que fazer com este país. É uma crise econômica, política, social e institucional. As instituições não estão conseguindo dar respostas. Aí se fala até em intervenção militar. Isso é uma mistificação porque eles não têm condições e não querem assumir isso.

Não há risco de intervenção militar?

Se precisar, eles vão garantir a ordem. Mas uma coisa é garantir a ordem, outra é ser o elemento de estruturação da ordem, dar direção a essa ordem. As Forças Armadas hoje não têm essa capacidade, mesmo que o queiram algumas dessas personalidades delirantes. O Brasil é hoje um festival de confusão mental, política e ideológica. A gente não entende a natureza dos conflitos. Veja que no meio dessa confusão dos combustíveis, subindo o preço do diesel, tinha gente pedindo a privatização da Petrobras! Quem está explicando esse processo para as pessoas que acham que a solução está no mercado quando foi o mercado que trouxe essa situação? Que falta faz a politização da sociedade! Eu diria que estamos vivendo agora uma situação em que os golpistas chegaram a um limite. Eles estão vendo que quanto mais abraçamos o mercado, mais o país afunda. Isso é o caos social. E nem eles próprios sabem a resposta.

Os caminhoneiros não são reconhecidos como uma categoria organizada do ponto de vista político e sindical. Como foi possível, então, realizar uma greve dessa dimensão? Merece destaque a mobilização por meio das redes sociais?

O Brasil é um país rodoviário. É claro que essa categoria se encontra, troca suas insatisfações e inquietações... E, evidentemente, as redes sociais favoreceram. E tem também as organizações sindicais. Agora, parte dessas organizações – talvez a maior parte – são burocratizadas, até mafiosas. Defendem interesses de empresas. Porque nessa categoria tem também empresários, pessoas que se utilizam dessa massa de trabalhadores por conta própria. Não

há uma consciência de classe. Se é difícil organizar operário, imagina organizar trabalhadores que não se sentem trabalhadores e sim pequenos empresários. Mas no fundo eles são trabalhadores. Nessa cadeia complexa de que fazem parte, há um grande processo de exploração e espoliação. Tem uma redistribuição da mais-valia que é feita em função do poder dos grandes sobre os pequenos. Parte da sua pergunta necessita de pesquisa para responder. Porque tem coisas novas, tem a questão das redes sociais, a questão de até que ponto mudou o perfil dessa categoria. Não é apenas que os trabalhadores se sintam empresários. Os trabalhadores também têm aquela consciência contingente. E aí é que entra a disputa que talvez a gente possa fazer. Os movimentos sociais e os partidos progressistas têm que atrair esse trabalhadores. Parte dos caminhoneiros tem capacidade de se organizar quase exclusivamente pelas redes sociais. Os sindicatos também têm interesse, as empresas desse setor têm perdido com essa política da Petrobras. E estamos numa conjuntura política que favorece os aventureiros que querem semear o caos.

Não tem como comparar o que aconteceu aqui com o caso do Chile, por exemplo, porque lá existia um governo de esquerda e havia uma estratégia de desestabilização planejada pela direita, pela CIA. No Brasil, temos um governo que não governa, impopular, no qual há disputa entre os próprios setores da direita. Aí entra uma greve dos caminhoneiros. Será que esse movimento não vai voltar? E gerar uma situação em que se possa, aí sim, se aproveitar disso para inviabilizar as eleições? Porque a própria direita não tem interesse nas eleições...

Você avalia que a direita não tem interesse nas eleições?

Ela não tem candidato. Agora quer cristianizar o Bolsonaro para torná-lo palatável ao mercado. Mas há risco nesse processo. Uma das possibilidades é se aproveitar da inquietação dessa categoria, que continua inquieta porque não se resolveu o problema da precificação do combustível pela Petrobras. O governo sacrificou parte do orçamento social para segurar os preços. Mas isso tem um limite. E se reverbera novamente uma greve, uma paralisação da categoria, e isso gera uma situação de caos social, com possibilidade até de queda do governo? O Congresso acabou de aprovar regras sobre a eleição indireta para Presidência da República em caso de vacância nos dois últimos anos do mandato. Diante de uma situação de caos social, pode-se muito bem adiar as eleições por tempo indeterminado para restabelecer a ordem. Há possibilidade de não haver eleições. Porque a direita não está tranquila. No início deste ano nós não imaginávamos que elementos eles poderiam usar para adiar as eleições. Pensou-se até que aquela questão da intervenção no Rio de Janeiro pudesse ser um argu-

mento. Hoje nós temos mais elementos que podem favorecer uma saída como essa. Mas eu espero estar enganado.

Estamos comemorando cinco anos das chamadas Jornadas de Junho de 2013, ainda com disputa de interpretações sobre o que aquele momento significou. Você vê relação direta ou de continuidade entre 2013 e o que está acontecendo hoje no Brasil?

A cultura de 2013 para cá é uma das coisas mais ricas e mais trágicas da história brasileira. O que nós estamos vivendo é até pior do que o que ocorreu em 1930 porque lá se tinha uma clareza maior do que estava acontecendo e havia um projeto de nação. O governo Temer não tem projeto, é meramente uma distribuição do saque. E nós estamos com o povo despolitizado. Isso não é de hoje, está arraigado, mas foi alimentado pela política dos governos do PT, que não contribuíram para a organização do povo. A gente está vendo agora o debate sobre a Venezuela. Uma coisa é certa: apesar de toda a crise, o poder bolivariano continua se sustentando. Por quê? Porque organizou as massas. Há milhões de círculos bolivarianos organizados e é por isso que ganham eleição após eleição apesar de toda a crise e do cerco que se faz hoje contra a Venezuela. No caso do Brasil, houve uma grande fragilidade, defesa de interesses de frações oligárquicas, sem empoderar o povo. Eu sei que é difícil organizar o subproletariado, os pobres, mas é preciso ter uma direção de base, no plano da institucionalidade. O PT se burocratizou e esqueceu a luta de classes, que requer conscientização e organização na perspectiva do enfrentamento dos interesses nas ruas. Quando as ruas se movimentam, quem é que movimenta as ruas? Essa é outra questão. Porque, embora eu diga que a saída para o Brasil está nas ruas, nada garante que essas ruas não serão canalizadas para interesses que querem aprofundar essa ordem autocrática que estamos vivendo desde o golpe. Eu não duvido que possam criar uma situação de caos para adiar eleições. Porque, na verdade, vivemos uma profunda crise institucional. Não é só uma crise política e econômica. É uma crise social, o desemprego aumentou e isso desarmou qualquer capacidade inclusive de manifestação das centrais sindicais. Os sindicatos estão paralisados. Desde o impeachment da Dilma [a esquerda] não saiu às ruas. Lula foi preso. E não perceberam essa necessidade de investir na politização. Quem vai fazer isso? De 2013 para cá, houve vários movimentos para derrotar Dilma nas eleições, depois para derrubar Dilma, e agora, com a fragilização do governo Temer e a ameaça das eleições, eles estão com medo de a esquerda ganhar. Pode ter certeza de que as ruas novamente vão ser disputadas pela direita. São vários os caminhos de aprofundamento dessa ordem. Ou desordem. O

OS SISTEMAS UNIVERSAIS NA ENCRUZILHADA

Ainda há espaço para a garantia do direito à saúde no capitalismo hoje?

Maíra Mathias

Em 5 de outubro de 2018, a grande 'ousadia' brasileira completa 30 anos. Do lado de baixo da linha do Equador, e em plena guinada neoliberal, o país criou um sistema de saúde universal, mirando experiências anteriores de nações ricas, como o Reino Unido. Olhando tudo o que se passou (e o que nunca chegou a acontecer), a reportagem que fecha a série especial sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) questiona se as bases que deram sustentação a esses sistemas por lá, naquela época, estavam presentes por aqui nos anos 1980. E, até que ponto hoje é possível, ao Norte e ao Sul, seguir perseguindo o horizonte do Estado de bem-estar social.

Nas origens

O ponto de partida desta história é o final da Segunda Guerra Mundial. A Europa, devastada, é reerguida com investimentos norte-americanos. Essa reconstrução vai se provar um ótimo negócio porque, a um só tempo, canaliza o excesso de capitais que os Estados Unidos produziram a partir do esforço de guerra e permite ao país fortalecer sua liderança no continente, servindo de couraça contra a outra potência que saiu fortalecida do conflito: a União Soviética. "Blindar a Europa significou construir condições capitalistas que pudessem se contrapor a essa outra perspectiva de organização social, antagônica ao capitalismo, que também teve a capacidade de livrar o continente do nazismo", situa Marcela Pronko, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Não menos importante foi a organização dos trabalhadores europeus e a agitação política que vinha atravessando o continente ao longo do século 19. Revoluções populares e greves pipocaram em vários cantos: Alemanha, Hungria, Itália, Inglaterra... Além disso, os Estados europeus se recompuseram em uma situação rara no capitalismo: o pleno emprego. O que conhecemos como Estado de bem-estar social é a soma destes e outros fatores. Ao ampliar e universalizar direitos sociais, beneficiou os trabalhadores. Ao mesmo tempo, a organização de sistemas públicos em áreas como a saúde atendia aos interesses da população, mas também de empregadores, que mantinham a força de trabalho saudável, em condições de produzir. E, do lado dos empresários, o 'ganha-ganha' também tinha a ver com o incentivo a mercados internos que sustentaram o consumo dos produtos da indústria, como eletrodomésticos e veículos. "O Estado de bem-estar também foi um agente dinamizador

do capitalismo, a partir da 'democratização' do consumo de mercadorias", acrescenta Marcela. E resume: "O esforço de consolidação do bloco capitalista se desenvolveu pela promoção, na Europa, de formas de regulação que permitiram uma convivência pacífica entre capital e trabalho".

Mas enquanto sistemas universais de saúde, educação, previdência e leis trabalhistas mais justas eram criadas por lá, esses mesmos países ainda mantinham relações de dominação colonial com nações da África e da Ásia, quadro que só mudou na década de 1960. Além delas, os chamados países periféricos, como os que se situam na América Central e na América do Sul – incluindo o Brasil –, não por acaso ex-colônias, também cumpriam o seu papel no *script*. Forneciam matérias-primas e mão de obra barata, mas também, nos anos 1960 e 70, passaram pelo chamado ciclo de desenvolvimento fomentado por investimentos estrangeiros e empréstimos concedidos pelo sistema financeiro e organismos internacionais. "Funciona durante um tempo, mas o ciclo se esgota produzindo na década seguinte a crise da dívida. Até hoje, o endividamento é uma enorme barreira, de modo que não se tratou de um 'desenvolvimento' com algum grau de autonomia. Pelo contrário. E, a partir dos 1980, a liberalização dos mercados vai aprofundar a inserção subordinada desses países no mundo", nota Marcela.

Ao Sul da linha do Equador

No Brasil, essa foi uma época marcada pelo desafio de transformar um país profundamente desigual, mergulhado num contexto autoritário. O movimento que ficou conhecido como Reforma Sanitária se engajou nas discussões. Partindo de experiências nos serviços de saúde, que já mostravam resultados positivos, e olhando para os sistemas nacionais da Europa, públicos e universais, propôs a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS. Mas a ideia não era parar por aí. "O SUS foi pensado no bojo de um projeto amplo de transformações na sociedade brasileira que poderíamos chamar, genericamente, de reforma social – em que a saúde estaria articulada à reforma urbana, à reforma agrária, à reforma universitária, à reforma tributária...", enumera Jairnilson Paim, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA).

No horizonte dos militantes da Reforma Sanitária, estava a superação da ditadura. E parte do movimento apostou que, de maneira progressiva, a criação de uma via por dentro do Estado poderia desembocar num 'socialismo de-



MÍDIA NINJA



Ato em defesa da saúde pública realizado em agosto de 2017 em Planaltina (DF)

mocrático’. “Era uma proposta muito ampla de mudanças da sociedade que iam além do Estado de bem-estar social. No nosso caso, iríamos além da socialdemocracia”, explica Jairnilson.

Mas o que era o socialismo democrático? Em resumo, era a tentativa de promover uma experiência distinta daqueles países que optaram pelo socialismo a partir de 1917, que haviam passado por um processo de crescente autoritarismo e burocratização. “Acreditava-se que a democracia não era uma tática nem uma mera estratégia, mas estava vinculada ao socialismo. Não poderia haver socialismo sem democracia. Nem uma democracia plena sem o socialismo”, define o professor. “Apostou-se na ideia de reformas democráticas pela via institucional. E que o fortalecimento de políticas públicas, como o SUS, ampliaria o espaço democrático”, completa Áquilas Mendes, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Mas, segundo ele, já havia, naquela época, quem apontasse os limites da

atuação por dentro do Estado no capitalismo e do seu papel específico nos países da periferia do sistema.

“No plano internacional, já havia nos anos 1970 um grupo de marxistas vinculados à chamada escola da derivação que defendiam que, no capitalismo, o movimento do capital não é enfrentado pelo Estado, mas reforçado por ele. O Estado usa as próprias forças e as forças que nele gravitam, usa a institucionalidade, via políticas públicas, segundo a lógica da valorização do capital. O que, é claro, coloca limites para uma atuação contra o capitalismo por dentro do Estado”, diz.

Já no plano nacional, completa Áquilas, autores como Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior apontavam para as engrenagens do subdesenvolvimento e para como o Estado acabava servindo à ‘exportação’ de riquezas. “No caso do Brasil, trata-se de um Estado construído sob bases escravocratas e patrimonialistas, que dá força ao movimento do capital para que os recursos sejam emitidos para fora. Por ser

completamente atrelada aos interesses do capital exterior, nossa burguesia vai construir um Estado igualmente atrelado, seja na capacidade de financiamento público, seja na formulação das políticas”, diz Áquilas. E completa: “Nesses 30 anos de SUS, o que a gente assistiu foi justamente à fragilidade financeira do fundo público, a insuficiência dos recursos, o baixo volume de gastos e, desde sua criação, uma situação contemporânea mais desafiadora: um Estado capitalista sem praticamente o menor espaço de disputa no interior dele”.

Lá e cá

A chamada ‘Constituição Cidadã’ de 1988, na qual o SUS se inscreve como uma das grandes conquistas, chegou num momento bastante contraditório. Por aqui, a Carta coroou a reabertura democrática, iniciada três anos antes, em meio à ebulição da mobilização social e da organização popular. Mas as inovações do texto constitucional vão na contramão do neoliberalismo econômico que já andava a passos largos no mundo, e também na América Latina. “O momento em que o Brasil atinge essa conquista se revela contrário àquilo que está acontecendo na própria região. É como se a Constituição marcasse o ponto alto imediatamente anterior à queda, ao arrefecimento das lutas e aos avanços da própria burguesia brasileira que, logo, começa a pressionar pela mercantilização do sistema”, reflete Marcela.

A sanitarista Sonia Fleury explica que o SUS enfrentou no nascedouro um contexto com muitas barreiras à universalização. No final dos anos 1980, diz, o setor da saúde já havia passado por transformações e atingido um grau de mercantilização e densidade tecnológica em tudo distintos do momento anterior, quando foram criados os sistemas universais de saúde europeus. Mas para ela, três diferenças entre cá e lá são fundamentais. A primeira delas é a dinâmica estabelecida entre o setor público e o setor privado. “A relação público-privada sempre existiu, mas quem se beneficia com isso? Pode ser o público ou o privado”, diz, dando como exemplo a atuação dos médicos generalistas no NHS, o sistema nacional de saúde dos três países do Reino Unido. Esses profissionais autônomos atuam em sinergia com os princípios do sistema, mesmo não sendo servidores públicos. “Aqui essa relação não foi regulada e a tendência tem sido favorecer o privado”, diz. Além disso, naquele momento, o capital se imiscuiu nas áreas sociais, como saúde e educação, cobiçando os recursos destinados a serviços antes prestados pelo Estado diretamente à população. “O fundo público passa a ser alvo de uma disputa”, explica.

Na América Latina, observa Sonia, há também uma tensão entre as políticas públicas universais e aquelas conhecidas como focalizadas, por mirarem uma parcela da população, geralmente a mais pobre. “No caso da saúde havia duas tendências nesses sistemas de bem-estar tardios, de sociedades com democracias retardatárias e economias emergentes”, diz. E dá como exemplo o Bolsa Família, que, segundo ela, pode ser parte de um sistema que visa univer-

salizar direitos ou pode ser um mecanismo de produção de consumidores individuais para o mercado. “Essa tensão é própria do nosso sistema, que vai trabalhar com uma população que não está incluída nem no mercado. E, portanto, isso vai se refletir no formato do Estado de bem-estar social”, afirma. E completa: “Essa tensão entre os incluídos e os excluídos, entre as políticas universais e as políticas focalizadas e como isso vai ser resolvido – se pró-mercado ou pró-direitos e cidadania – depende de cada país e das forças sociais. Na América Latina são várias possibilidades”.

Marcela concorda que nos países latino-americanos, formataram-se arranjos capazes de alargar ou encurtar o espaço público, a partir da maior ou menor pressão popular. Mas, para ela, em nenhum dos casos houve algo como o Estado de bem-estar social. “O Estado de bem-estar é um fato histórico muito particular, que só foi possível durante um breve período de tempo em alguns países do capitalismo central, precisamente pela condição destes países de extrair sobretaxa não só de seus trabalhadores mas também da mão de obra da periferia do capitalismo, através de diversas formas de subordinação”, afirma. E sentencia: “Podem acontecer arranjos com algumas semelhanças, mas o Estado de bem-estar é irreproduzível”.

Marcela dá o exemplo do Uruguai, que construiu um sistema público de educação sem paralelo na América Latina. Mas, ao mesmo tempo, até dez anos atrás os serviços públicos de saúde eram destinados aos indigentes. “E isso tem a ver com as lutas que se desenvolveram lá, que serviram para estruturar um sistema sólido de educação, que até hoje resiste aos embates da privatização, mas não se traduziram de modo automático no alargamento de direitos para todos os setores da vida social”, explica.

E hoje?

Mas as coisas não são mais as mesmas também naqueles países que implantaram plenamente o Estado de bem-estar social. Tudo começa a mudar no final dos anos 1970, com a crise. O conjunto de leis e direitos que garantiam melhores condições de vida aos trabalhadores começa a ser enxergado como a principal barreira para a recuperação da economia. A trégua acaba. É o início do neoliberalismo que, segundo Marcela, tem seu laboratório justamente na América Latina, em contextos autoritários, nos quais a quebra da resistência dos trabalhadores acontece pela repressão direta, como nas ditaduras militares de Argentina, Chile e Uruguai. Essas experiências seguem para países em contextos não propriamente repressivos, mas onde há um desbaratamento da organização trabalhista. Nos anos 1980, com a vitória eleitoral de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos EUA, duas categorias importantes – os mineiros e os controladores de voo – decretam greves e vão ser derrotadas por estes governos, servindo de exemplo e arauto destes novos tempos.

Os entrevistados da Poli afirmam que a chave para entender a transição está na forma de acumulação de riqueza

contratação de planos de saúde, por exemplo. “É a total inversão do sentido original do fundo público na perspectiva de Estado que a Reforma Sanitária apostou”, afirma.

A tendência por aqui vai ser, cada vez mais, diminuir o gasto público e aumentar o gasto privado em saúde, garante. Segundo o último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), com dados de 2015, o Brasil gasta 7,7% do seu orçamento geral com saúde. A taxa é inferior à média mundial, de 9,9%, e mesmo ao gasto nas Américas (12%) e no Sudeste asiático (8,5%), só superando a média africana, de 6,9%. E, ainda assim, 17 países africanos destinam mais dinheiro público para a saúde do que nós. Entre eles estão Madagascar (15%), Suazilândia (14,9%) e África do Sul (14,1%). Mas não para por aí: apenas cinco países no continente americano gastam menos do que o Brasil: Barbados, Grenada, São Cristovão e Nevis, Haiti e Venezuela.

Já em relação ao gasto privado, ou seja, o desembolso direto feito por indivíduos e famílias, o Brasil vai para o topo do *ranking*. Apenas quatro países no mundo contam com índices superiores ao brasileiro: Geórgia, Nicarágua, Nepal e Egito. Por aqui, 25% das famílias destinam mais de 10% do seu orçamento doméstico para a saúde. No mundo, esse nível de gasto só é observado em 11,7% das famílias (na Europa, em menos de 7%). E uma parcela de 3,5% da população brasileira é obrigada a gastar ainda mais: a saúde consome inacreditáveis 25% de seu orçamento.

Em países com sistemas universais de saúde consolidados, aponta Áquilas, também há redução do gasto público e, em paralelo, privatização por dentro. “Há uma relação cada vez mais forte com o setor privado, que faz com que modelos de atenção, formas de gestão e alocação de recursos estejam em sintonia com a expansão e a valorização do capital. O exemplo mais claro é o processo de mercantilização do NHS inglês”, diz. O sistema universal de saúde mais conhecido do mundo completa 70 anos em julho deste ano em meio a uma crise que, segundo especialistas, começou na década de 90 e se acirrou, em 2010, com a crise econômica.

Por um lado, reformas foram abrindo mais espaço para o setor privado. A lista de hospitais passou a incluir, necessariamente, um prestador privado em 2012. E, antes, no governo trabalhista de Tony Blair, ficou decidido que se hospitais públicos precisassem construir uma nova ala ou novo prédio, por exemplo, teriam que fazer parcerias público-privadas. Os consórcios de investidores, que normalmente incluem bancos e financeiras, emprestam os recursos sob a condição de que as unidades públicas paguem um percentual da receita obtida ao longo dos próximos 20, 25 ou até 30 anos. Já em termos de financiamento, como parte do novo regime de austeridade, houve uma redução e, em 2010, o gasto público em saúde retornou ao patamar de dez anos antes, quando representava 79% do total de recursos do setor. Fechamento de leitos e falta de profissionais de saúde são algumas das consequências que vieram à tona no início deste ano, com uma epidemia de gripe que colocou o NHS inglês na UTI.

Apostar no quê?

Mesmo nos países europeus, então, podemos considerar que o Estado de bem-estar social ainda existe? Para Marcela, a resposta é não. “Já se perdeu muita coisa. O que vemos hoje são resquícios do que não pôde ser destruído graças à resistência e organização dos trabalhadores”, diz. É claro que se compararmos o Brasil com esses países, vamos achar que por lá a situação é boa, pondera ela: “Aos nossos olhos, o que existe na Europa parece muito semelhante ao que foi o bem-estar social. Mas só porque estamos em uma situação calamitosa na garantia dos direitos sociais”.

Já para Sonia, há um projeto de bem-estar social em permanente disputa com as alternativas de apropriação dos recursos públicos para outras finalidades. A sanitária, contudo, não acredita que essa situação seja sustentável, pois não há regulação do capital financeiro, os Estados estão prisioneiros do mercado e os interesses das populações estão subordinados. “Estamos assistindo a uma situação de grande tensão que pode inclusive resultar numa guerra mundial”, alerta. “Situações que pareciam estar equacionadas no capitalismo retornam e saem do controle. A Europa está assistindo aos imigrantes morrerem nas balsas como se fosse normal. Não se pode falar em universalização quando os imigrantes são tratados de forma diferente. A cidadania não se globalizou como as mercadorias e o capital se globalizaram. Há hoje um tratamento de segunda classe ou simplesmente a exclusão. E essa é uma tensão enorme – e não democrática – dentro de sistemas que eram democráticos”, aponta.

Para ela, é nesses marcos que o bem-estar social é mais atual do que nunca. “É a única possibilidade. Até mesmo para o próprio capitalismo sobreviver, porque se não é a barbárie”, afirma a sanitária, que relembra que o Estado de bem-estar social foi uma forma de equilibrar as relações sociais dentro do capitalismo e dar sobrevida ao sistema. “Eu acredito que a luta pelo direito universal à saúde é uma luta dentro do capitalismo, reformando o capitalismo, e que pode dar alguma sobrevida a ele. Do contrário, as situações vão chegar a um ponto de deterioração muito grande”, pontua Sonia. E cita o filósofo Karl Polanyi, para quem o capitalismo gera um duplo movimento. De um lado, o mercado se infiltra sobre todos os âmbitos da vida em sociedade – incluindo a saúde. E de outro, a sociedade tenta se proteger. “Essas contradições vão se avolumando a cada dia. Não sei quanto tempo pode demorar, mas certamente reformas virão”, acredita. A alternativa, diz Sonia, é pensar que não tem solução. “Ao abrir mão dos direitos sociais, na verdade, estamos abrindo mão não do capitalismo, mas da democracia no capitalismo”.

Tanto para Marcela quanto para Áquilas, no entanto, é preciso fazer outras apostas. “Temos que tirar da cabeça essa ideia de que o Estado de bem-estar é um modelo”, defende a pesquisadora da EPSJV/Fiocruz. “No fim das contas, o Estado de bem-estar social nada mais é do que a face mais ‘humanizada’ do capitalismo. Mas o capitalismo

nunca será humanizado”, afirma. Pela mesma razão, Áquilas prefere chamar Estado de bem-estar social de Estado social. “Porque o Estado capitalista nunca esteve e não está voltado para o bem-estar da população como um todo. Se ele introduziu mecanismos de ampliação dos direitos sociais, foi por muita luta entre a classe trabalhadora e o próprio capital. E num contexto histórico muito específico”, pondera. E, de qualquer forma, ele não acredita que seja possível garantir a saúde como direito no capitalismo. “Não vai dar para voltar ao passado e implantar o Estado social. Muito menos aqui, onde nunca teve isso. Partimos de uma situação completamente diferente de luta social. E cumprimos um papel diferente no mundo”, resume.

O SUS na encruzilhada

Mas o que tudo isso significa para o futuro do SUS? Em primeiro lugar, responde Jairnilson, que a batalha pelo direito à saúde no Brasil hoje é “imensamente maior” do que era na época de sua criação. E, acrescenta, o movimento sanitário ainda não tem clareza da dimensão da guerra. Para ele, o que está se delineando é um simulacro de sistema universal de saúde. “Tem nariz, cabelo e boca de SUS, mas não é SUS. Mas com este Sistema que aí está não atende apenas aos interesses da população ou dos trabalhadores de saúde que nele estão empregados, também é útil como espaço para a realização das mercadorias produzidas pelo capital, algum SUS deve se manter”, explica. Mas isto não é destino, garante o professor da UFBA. “Quem faz a história diante das circunstâncias colocadas são as forças sociais organizadas, que podem dar outro sentido àquilo que se coloca como tendência”. E da parte da sociedade? “Não conseguimos nunca que a população sentisse que o SUS era uma grande conquista dela própria, como na Inglaterra acontece com o NHS. Porque a população foi maltratada durante esses anos todos pelas próprias condições de funcionamento do SUS”, lamenta Sonia, ponderando, no entanto, que a noção de direito à saúde chegou aos brasileiros como mostraram, por exemplo, as manifestações de Junho de 2013. A título de comparação, a opinião pública (incluindo a mídia) tanto pressionou o governo que, por lá, acaba de ser anunciada uma injeção de £ 20 bilhões (algo em torno de R\$ 100 bilhões) no NHS. Os recursos vão compor o orçamento a partir de 2023. E mesmo assim, alertou uma entidade de saúde, vão ficar abaixo do ideal, já que o aumento representa 3,4% em relação à inflação quando o necessário seria 4%.

Também para Marcela, como a sustentação dos sistemas universais de saúde está na contramão das agendas dos governos no Brasil e no mundo, qualquer projeção no sentido contrário só poderá ser sustentada com as lutas. Mas ela acredita ser preciso repensar o que o SUS representou como projeto de sociedade, já que a luta da Reforma Sanitária não se resumia a sua implementação. “Este sistema só fazia sentido numa sociedade que não fosse regida pela lógica do mercado, mas pela lógica da igual-



MÍDIA NINJA

dade. Essa sociedade não foi conseguida e o SUS também não funcionou como deveria. Talvez seja necessário, neste momento, repensar não só que saúde queremos, mas que sociedade queremos. É a sociedade que se pauta pelos limites da humanização do capitalismo? Ou queremos ir além e construir uma sociedade onde todos tenham igualdade e direitos na realidade e não somente no papel?”, questiona.

Ela cita o exemplo cubano. “Cuba viveu uma revolução socialista e, aí, as prioridades sociais se invertem. A proteção da vida e o desenvolvimento das capacidades de cada um dos habitantes na construção de uma sociedade igualitária tornam-se mais importantes”, diz. Isso fez com que o governo cubano, desde o início da revolução, fizesse da saúde e da educação os pilares da estruturação social. “E fez um investimento grande nessas áreas, nos limites das suas possibilidades, é claro, constrangido pela posição que ocupa no mundo”, diz. Mesmo assim, continua, Cuba consegue uma saúde e uma educação que estão muito além do que muitos de nós temos acesso ou poderíamos até desejar. “Cheia de problemas e contradições, mas com indicadores fantásticos. Isso tem a ver com uma definição de prioridades, com uma forma de organização social em que o mais importante não é o ganho das empresas e o desenvolvimento econômico como um fim em si mesmo e, sim, a condição de vida do conjunto da população”, argumenta.

Antes de mais de nada, Áquilas reconhece que, comparando com o período anterior, o SUS trouxe muitos avanços. Mas, daqui para frente, defende, é preciso fazer uma crítica mais radical aos caminhos que foram trilhados. “Apostou-se na construção de políticas públicas como forma de concretizar o direito à saúde numa perspectiva incremental, regular e contínua que, se já não encontrou espaço no passado, agora, então, nem se fala. Não tem mais espaço para sistemas universais no capitalismo contemporâneo”, sentencia. E como construir uma alternativa? Ele alerta: “Minha aposta é numa reflexão de que a garantia do direito à saúde não passa por dentro do capitalismo mas pela construção de um novo modo de produção social. Por isso, a luta. Não vai ser com mais gestão nem com mais financiamento, nem com campanhas eleitorais e lutas institucionais. Se continuarmos nesse caminho, o SUS não terá futuro”. ◯

SEM MORADIA, NÃO HÁ SAÚDE

Cidades carentes de habitações saudáveis são as mais impactadas por doenças que se alimentam da desigualdade social, como a tuberculose

Katia Machado

Ainda que ratificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, e garantido na Constituição Federal, o direito à moradia não é uma realidade para a maioria dos brasileiros. Legalmente, ele está definido no artigo da Carta de 1988 que trata dos direitos sociais, junto com a educação, a saúde e a segurança, além de legislações posteriores, com destaque para o Estatuto da Cidade, de 2001. Mas, segundo a Fundação João Pinheiro, orientada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional brasileiro subiu para 6,2 milhões de domicílios em 2015, num crescimento de 2% em relação a 2014 e de 5,8% em dois anos. O cálculo considera a soma de habitações precárias, casas compartilhadas por mais de uma família, residências com mais de três moradores em média por cômodo, além das situações em que famílias com rendimento de até três salários mínimos gastam mais de 30% da renda com aluguel. Esse descompasso, segundo o Censo 2010, realizado a cada dez anos pelo IBGE, levou nesta última década cerca de 11,4 milhões de pessoas às 6.329 favelas brasileiras – ou comunidades, vilas, palafitas, cortiços, grotões e mocambos, como também são conhecidas as habitações precárias, carentes de serviços básicos como saneamento, abastecimento de água potável e infraestrutura em geral.

Quando não traduzido na prática, o direito à moradia tem impacto direto sobre a saúde das populações. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, que tem 22% da população residindo em favelas, ocupa também os primeiros lugares no *ranking* de doenças que se alimentam da pobreza e da vulnerabilidade social, como a tuberculose. Segundo o Ministério da Saúde, o Rio apresentou, em 2017, uma média de 88,5 casos de tuberculose a cada cem mil habitantes, ao lado de Recife, em Pernambuco, com 85,5 casos, perdendo apenas para Manaus, no Amazonas, com quase 105 casos, e superando bastante o coeficiente nacional de 33,5 casos por cem mil habitantes. Foi, também, a segunda capital do Brasil com maior taxa de óbitos por essa doença: 6,2 por cem mil habitantes no ano passado, atrás da capital pernambucana, com 7,7 por cem mil. E, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio, são nas adensadas favelas cariocas – onde as condições de moradia e alimentação das pessoas são ainda piores e a ausência de serviços básicos, como saneamento, é marcante – que a doença atinge taxas recordes: em Manguinhos, território onde está localizada a Fundação




JOSE CRUZ / AGENCIA BRASIL

Oswaldo Cruz, no ano de 2017, foram registrados 337,4; na vizinha Jacarezinho, 332,9; e na Rocinha, antes conhecida como o maior foco de tuberculose do país, com 455 casos por 100 mil moradores em 2001, foram diagnosticados não muito menos, cerca de 300 casos por 100 mil habitantes. Cidade que acompanha o Rio lado a lado quanto aos números da tuberculose, Recife tem 22,9% da população morando em favelas, reunindo 40% das 1.075 comunidades do estado de Pernambuco. O mesmo é observado quanto à cidade líder do *ranking* da doença no país: Manaus tem 50 favelas, que abrigam 72.762 domicílios, quase 16% das habitações, o que torna a capital do Amazonas a oitava do país em maior número de habitações em comunidades desse tipo. É em Manaus, também, que está a décima maior favela do Brasil, no bairro Cidade de Deus, com 10.559 domicílios ocupados. Todo este cenário permite, portanto, uma afirmação: moradia adequada é determinante social da saúde.

Dívida social

Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), Rosely Magalhães esclarece



que doenças transmissíveis como a tuberculose são históricas e estão relacionadas diretamente às taxas de contato social, ou seja, ao número de pessoas aglomeradas em domicílios precários, onde a luz é escassa e o ar circula mal. “E são nas favelas onde encontramos as maiores densidades populacionais e as piores situações de moradia”, realça. Trata-se, neste caso, segundo Rosely, de uma doença de transmissão direta, altamente contagiosa, transmitida pelo ar, saliva ou contato com secreções, afetando principalmente os pulmões, mas com raízes sociais profundas, fruto de um processo histórico de desigualdade e iniquidade sociais. “Assim, a aglomeração de pessoas é condicionante importante para a sua difusão”, reforça. Segundo Rosely, estão mais vulneráveis a contrair a doença os indivíduos que, além da situação de aglomeração populacional e fatores que geram baixa resistência orgânica, como o alcoolismo, vivem também em condições precárias de moradia e nutricional.

pouco da município do Rio com o professor Victor Valla [o pesquisador da Ensp/Fiocruz faleceu em setembro de 2009, aos 72 anos] na região da Leopoldina (RJ), no início dos anos 1990, entrevistei uma senhora que acreditava que a tuberculose era hereditária, porque seu pai e seu irmão contraíram a doença. Na verdade, hereditárias eram as condições de vida e moradia, sua situação de pobreza e desigualdade social”, denuncia. Ela ressalta que, por afetar especialmente as populações pobres, a incidência da doença normalmente é vinculada à pobreza. Mas a pesquisadora corrige: “Não se trata de uma doença da pobreza. A tuberculose é resultado de uma dívida social importante, da não resolução, principalmente, das questões habitacionais no país”. E recorda outro estudioso do tema, Antônio Rufino Neto, que diz que se trata de uma doença “ficante”. “A tuberculose nunca saiu do seu lugar, porque as condições sociais desiguais nunca deixaram de existir”, sentencia.

Sem teto, sem serviço?

O mesmo observa José Vanilson Torres, que foi morador de rua durante 27 anos e hoje ocupa uma cadeira do Conselho Nacional de Saúde, representando o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Essas populações, garante, que em geral vivem em situação de pobreza e invisibilizadas, são as mais vulneráveis à tuberculose. O frio, a umidade e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde são alguns dos fatores que colocam em risco um número considerável de moradores de rua – quase 102 mil pessoas vivem nessa situação no país inteiro, das quais 40,1% em municípios com mais de 900 mil habitantes

e 77,02% em cidades com mais de 100 mil pessoas.

Segundo Vanilson, as pessoas em situação de rua, por serem vítimas cotidianas do preconceito e do negligenciamento por parte do Estado, estão mais vulneráveis não apenas à tuberculose, como também a doenças sexualmente transmissíveis (DST), como HIV/aids, à gravidez de alto risco, às doenças crônicas, aos problemas relacionados ao consumo de álcool e drogas e a problemas de saúde bucal. “Apesar da portaria 940/2011, do Ministério da Saúde, que trata do Cartão Nacional de Saúde, e da estratégia Consultório na Rua, criada também em 2011 pelo Ministério da Saúde, por pressão dos movimentos sociais, visando ampliar a atenção às pessoas em situação de rua, esse grupo populacional tem ainda muita dificuldade em acessar os serviços de saúde”, garante Vanilson. A primeira iniciativa, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, permite a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde, com atribuição de um número único válido em todo o território nacional, sem que, para isso se precise de um endereço fixo como referência no cuidado. Já a estratégia do Consultório na Rua, que busca ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, através de equipes multiprofissionais – formadas por enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, médicos, agentes sociais, técnicos e auxiliares em enfermagem e técnicos em saúde bucal –, se organiza como um serviço de atenção à saúde de forma itinerante. “Mas o que observamos é um grande preconceito no atendimento oferecido às populações em situação de rua”, denuncia Vanilson.

Arboviroses

O professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), especialista em saneamento e controle ambiental, Alexandre Pessoa, destaca também outros problemas de saúde relacionados às condições de moradia, como a doença

de Chagas e as arboviroses, entre elas dengue, zika vírus, febre chikungunya e febre amarela. “A discussão sobre controle de certas doenças passa pelas condições de moradia e capacidade de a comunidade organizar o seu território. Para isso, se fazem necessárias e urgentes políticas públicas saudáveis”, afirma.

De acordo com o pesquisador, as arboviroses, que vêm se tornando um importante problema de saúde pública mundial, principalmente em regiões tropicais, como o Brasil, recrudescem em virtude das constantes alterações climáticas, dos desmatamentos, do êxodo rural, mas também, principalmente, face às precárias condições das habitações. “A produção de certas doenças está diretamente relacionada às condições de moradia. São doenças que se alimentam da precariedade dos domicílios”, explica. Segundo Pessoa, isso significa ausência de abastecimento contínuo de água, tratamento do esgoto sanitário, coleta de lixo e manejo adequado de resíduos sólidos. E, em casas que não têm abastecimento de água, por exemplo, as pessoas são obrigadas a armazenar água em baldes e outros recipientes, que podem se tornar ambientes propícios à reprodução do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, do zika vírus e da chikungunya. Segundo a Pnad 2015, cerca de 18,7 milhões de domicílios urbanos não contam ainda com pelos menos um dos três serviços básicos de saneamento – conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada –, e os três estados brasileiros com as menores proporções de domicílios urbanos com acesso a esses serviços são Amapá (3,7%), Piauí (11,9%) e Rondônia (13,2%).

Pessoa realça que deste debate sobre a moradia como determinação social da saúde fazem ainda parte os processos de remoções que ocorrem no país, a exemplo dos megaempreendimentos esportivos que geraram diversas realocações da população para áreas mais distantes. “As pessoas não habitam simplesmente um território, elas têm relações de cooperação e de conflito, ou seja, no lugar de sua habitação há um processo de sociabilidade. Portanto, remover uma população de seu território implica impactos sobre a saúde física e mental e sobre o ambiente”, explica, citando também as remoções para a instalação de indústrias e complexos logísticos no litoral brasileiro. Neste caso, afirma o professor da EPSJV/Fiocruz, estão implicados processos de poluição do ar, impactos ambientais, contaminação do solo e das águas, que provocam problemas agudos de saúde. “E quando não expulsas, dando lugar a megaempreendimentos imobiliários, *resorts* e grandes condomínios, as pessoas são impactadas pela valorização do território e pelo aumento do custo de vida”, acrescenta.

Moradia digna

Bandeira atual de luta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, como também revela Vanilson Torres, a moradia adequada – ou digna – não se resume à disponibilidade de um teto e, portanto, deve incluir uma condição de ocupação estável, sem medo de remoção ou

de ameaças indevidas ou inesperadas, bem como acesso a serviços e bens públicos e infraestrutura, a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado. Segundo a legislação brasileira, entende-se ainda como moradia adequada aquela que é financeiramente acessível – baixo custo ou acessível mediante a concessão de subsídios –, com dimensões minimamente compatíveis, isenta de riscos estruturais, protegida contra o frio, o calor, a chuva, o vento e outras ameaças à saúde, seja em áreas urbanas ou rurais, com acesso a serviços de saúde, escolas, creches e transporte público. “Significa ter uma habitação com infraestrutura necessária, que tenha saneamento, infraestrutura, um número adequado de pessoas que nela habitam, sem adensamento excessivo, que dialogue com outras políticas públicas, de transporte, por exemplo”, sublinha Pessoa.

Ele observa que a luta por moradia digna faz parte de um debate sobre a construção das cidades, destacando neste contexto o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), que regulamenta o capítulo ‘Política urbana’ da Constituição, cujos princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. “Tratam-se de prerrogativas de regulamentação e desocupação do solo, fazendo valer a função social da terra, que entende que a terra não pode ficar em desuso para fim único e exclusivo de especulação imobiliária”, explica.

Coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo, a infectologista Érika Fontana faz a mesma constatação. Para ela, o déficit habitacional brasileiro, que retira de milhares de pessoas o direito à moradia digna, tem relação com o “jeito como as cidades foram pensadas”. “Esta questão se relaciona com o processo de urbanização brasileiro atabalhado, sem planejamento, que sempre privilegiou os bens, a economia, uma população com alta renda, em detrimento da grande maioria da população”, observa. Segundo a representante do MTST, hoje no Brasil há mais de sete milhões de imóveis abandonados, entre terrenos e construções, contando as áreas rurais, enquanto o déficit habitacional é de mais de seis milhões de famílias.

Fator que contribui para isso é o alto custo com aluguel. De acordo com Érika, boa parte das famílias brasileiras chegam a gastar 50% ou mais da sua renda mensal com aluguel. “Segundo dados da Pnad 2015, quase 85% das famílias sem moradia ganham até três salários mínimos e são as que mais sofrem com o gasto excessivo com aluguel. Essas famílias precisam decidir todo mês entre pagar o aluguel ou sustentar seus filhos”, revela, acrescentando que esse quadro explicaria a necessidade e legitimidade de ocupações de prédios abandonados, muitos deles em condições precárias de habitação. “Não estamos falando de moradores de rua, estamos falando de trabalhadores e trabalhadoras que têm parte de seu salário comprometido com aluguel, coabitam um mesmo espaço, são expulsos para as periferias dos grandes centros, moram de favor, que passam muitas necessidades”, caracteriza. O

DIREITO À MORADIA

Na madrugada do 1º de maio, dia do trabalhador, um incêndio consumiu o edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo. O prédio de 24 andares desabou. Abrigava 455 pessoas que viviam numa ocupação organizada pelo movimento Luta por Moradia Digna. Nas semanas que se seguiram à tragédia, que deixou ao menos sete mortos, muito se discutiu sobre as ocupações: quantas existem e onde? Quem deveria ser responsabilizado? A prefeitura? O movimento social? Rapidamente, o foco se direcionou para o segundo. Pipocaram reportagens sobre a idoneidade das lideranças e cobrança de taxas na ocupação. Mas pouco se falou sobre o que a tragédia revela da negação do direito à moradia no Brasil.

Segundo os últimos dados oficiais, divulgados pela Fundação João Pinheiro em abril, faltavam no país 6,355 milhões de imóveis em 2015. A principal causa do déficit habitacional é o gasto excessivo com aluguel (57%), verificado quando famílias que ganham entre zero e três salários mínimos (R\$ 2.862) direcionam mais de 30% da renda para essa despesa. O Sudeste é a região onde mais falta moradia, e São Paulo o estado onde o problema é mais agudo. Já de acordo com o Censo 2010, do IBGE, 6,9 milhões de famílias não tinham casa. Por outro lado, havia 6,05 milhões de imóveis vazios.

O problema é antigo. Foi no início da década de 1960 que o movimento da reforma urbana começou a denunciar a conta que não fecha: poucos com muito; muitos com nada. E sofisticou a compreensão de moradia. “Desde então, já entendíamos que ninguém mora apenas dentro da casa ou do apartamento. A pessoa mora na cidade e precisa ser atendida pela rede de água e esgoto; ruas pavimentadas e iluminadas; rede de drenagem. Precisa que o transporte público chegue até lá, que nas proximidades tenha escola, unidade de saúde, comércio e serviços”, enumera Erminia Maricato, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). “O direito à moradia jamais pode ser entendido como acesso a quatro paredes”, define. E o problema também é complexo pois, a um só tempo, é ligado ao mercado, ao Estado e à sociedade – o que, de saída, implica entender a dinâmica da especulação imobiliária, fazer um diagnóstico do papel das prefeituras (responsáveis por tirar a política urbana do papel) e, num exercício sociológico, olhar para as reações geradas pela tragédia do desabamento em São Paulo.

Raízes do Brasil sem moradia

As raízes profundas da negação do direito à moradia estão na formação do Brasil. “Os proprietários de escravos atrasaram a libertação até terem certeza de que seriam proprietários das terras, que pertenciam à Coroa. Entre 1824 e 1888 há um processo de negociação. José de Souza Martins usa a expressão ‘a libertação dos escravos e a escravização da terra’. E essa população foi colocada na rua sem assistência do poder público e sem se constituir uma força de trabalho que recebesse o suficiente para comprar moradia no mercado”, conta Erminia. Assim, a concentração da propriedade forjou a outra face da moeda: gente sem terra, gente sem casa.

O boom imobiliário, que atingiu o país entre 2009 e 2015, fez o quadro ficar mais dramático. Em São Paulo, o aumento no valor dos imóveis no período foi de 250%. No Rio, os preços começaram a inflar antes, em 2002. Dez anos depois, exibiam a maior alta do mundo: 700%. Em comparação, o salário mínimo, que teve ganhos acima da inflação durante os governos Lula e Dilma, cresceu 140%. Não foi suficiente. Como efeito de comparação, em 2007, início da série histórica do déficit habitacional, o aluguel era o responsável por 32% do problema. Hoje, o

número subiu para 53%. Uma escolha de Sofia se impõe para muitos brasileiros: ou se mora no centro, onde os aluguéis são altos, e não se paga tanto pelo transporte; ou se mora na periferia, onde o aluguel é mais barato, mas o valor e tempo gastos com deslocamentos aumentam.

“Os aluguéis não param de subir, o desemprego não para de crescer, os salários não param de diminuir. E aí chega uma hora que as pessoas só têm uma opção, que é ocupar”, avalia Vitor Guimarães, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST. Ele conta que cresce na maior parte das cidades em que o movimento atua a demanda por novas ocupações. “Muita gente vai de mala e cuia para a ocupação, algo que demorava para acontecer. As nossas ocupações têm cozinhas comunitárias e, em alguns casos, isso é a diferença entre passar fome ou não. Famílias conseguem trabalhar, procurar emprego, garantir a ida das crianças para a escola pagando passagens de ônibus porque param de pagar gás, alimento, aluguel. Então, tem mais gente indo para a ocupação, mas tem mais gente em uma situação extrema no país”, denuncia. Exemplo disso foi a megaocupação em São Bernardo do Campo (SP), que chegou a reunir 32 mil pessoas ano passado. Ao longo de sete meses, elas estenderam lonas num terreno de 78 mil m² abandonado há 40 anos. A atual dona do imóvel, a construtora MZM, adquiriu a área em 2008. Mas não tinha dado uso a ele até a ocupação.

A identidade dos proprietários desses imóveis vazios quase nunca é revelada pelas prefeituras. O único exemplo conhecido é da cidade de São Paulo, durante a gestão Fernando Haddad, quando a base de dados do cadastro fiscal do IPTU foi aberta em 2016. Veio à tona que 1% dos proprietários concentrava 45% do valor dos imóveis, algo em torno de R\$ 749 bilhões em casas, apartamentos e terrenos. O cadastro tem 3,3 milhões de registros, dos quais 820 mil estão no nome de 22,4 mil pessoas. Dividindo, dá 37 imóveis para cada um. Mas, é claro, a realidade é ainda ‘melhor’. Na lista dos dez maiores

proprietários da cidade, está o desembargador José Antônio de Paula Santos Neto, com 60 imóveis registrados. Ele recebia até o início de 2018 auxílio-moradia, benefício de R\$ 4.378 mensais pago a todos os membros do Judiciário (independente de terem imóveis próprios ou não). Em comparação, o “aluguel social” oferecido por estado e prefeitura para as vítimas da tragédia em São Paulo é de R\$ 400 mensais. Indignadas com essa “solução”, centenas de pessoas continuam acampadas perto do lugar do desabamento.

A letra da lei

Há um debate que se desenrola entre o direito à moradia e o direito à propriedade. O argumento mais comum é que para assegurar o primeiro não se pode violar o segundo. Mas há, no próprio texto constitucional, a descrição de situações em que o direito à propriedade pode ser perdido (e, importante notar, ele está inscrito como “direito e dever” individual e coletivo). Por isso, sem-teto e militantes dos direitos humanos falam (embora não costumem ser ouvidos) que esse direito não é absoluto, mas relativo. A Constituição de 1988 prevê que qualquer propriedade urbana ou rural precisa cumprir uma função social. O conceito está presente tanto no capítulo da política urbana, quanto no dedicado à reforma agrária e é o principal instrumento legal para a desapropriação de imóveis. Mas o que é essa função social?

Diferente de uma peça de roupa, a propriedade é um bem de interesse público. Sua falta ou distribuição desigual tem impactos. “Alguns bens interessam a toda a coletividade embora tenham um dono particular. A terra, tanto urbana quanto rural, é o melhor exemplo. O proprietário não pode fazer dela o que bem entender. No uso desse bem, tem que atender também ao interesse público. E é por isso que a propriedade é regulada de várias maneiras”, explica advogado Alex Magalhães, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Isso abarca desde situações mais óbvias (você não pode abrir um restaurante no seu apartamento) a outras menos – que estão descritas na Constituição e reafirmadas em leis posteriores.

Num programa da rádio Jovem Pan (23/05), o comentarista Marco Antonio Villa afirmou que tem o direito de ter um apartamento e não usar porque, sendo dono, pode decidir que o imóvel fique vazio, e ninguém tem nada a ver com isso. “Desde 1988 não é verdade”, contesta Magalhães. O artigo 182 da Constituição diz que as prefeituras podem exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento. “Não edificado é o famoso terreno baldio. Subutilizado, é quando se usou muito menos do que poderia: você tem um terreno grande e botou lá só uma casa. E o não utilizado é quando você construiu uma casa, tem um apartamento ou, como no caso do incêndio, é dono de um prédio e deixa o imóvel fechado”, explica o advogado. Nesses casos, a Carta prevê punições: o município pode aplicar parcelamento ou edificação compulsórios. Também pode cobrar IPTU progressivo,

que faz a alíquota saltar de 1% ou 2% (percentual normalmente cobrado pelas prefeituras) para 15% do valor total do imóvel. Caso nada dê certo, pode simplesmente desapropriar o imóvel, pagando com títulos da dívida pública.

“A Constituição previu. O problema é que as prefeituras não aplicam, e só elas podem fazer isso”, resume Magalhães. Pesquisa do Ministério da Justiça, de 2015, concluiu que dos 5.570 municípios brasileiros, nem dez lançam mão dos mecanismos legais, regulamentados em outras legislações, como o Estatuto da Cidade (2000). “No Brasil você tem um vácuo de ação em que se reproduz essa visão ideológica conservadora da propriedade como a do Marco Villa. A luta pela moradia é para tornar efetiva a função social da propriedade, tirá-la da abstração. As ocupações vão explicitando conflitos – e são os conflitos que vão dizer até que ponto a função social da propriedade está valendo concretamente ou não”, explica.

E quem arbitra os conflitos é o Judiciário. Erminia e Magalhães garantem que, na maior parte dos casos, os magistrados decidem a favor dos proprietários. “O problema é que no Brasil o Judiciário desconhece a legislação urbanística. Nós temos um arcabouço legal avançado. Mas não temos quem o aplique”, lamenta a arquiteta. “O Judiciário age contra a Constituição: é um péssimo intérprete e um péssimo aplicador da Carta, não está cumprindo o seu papel e age mais de acordo com o senso comum do que com a lei”, critica o advogado.

E no âmbito Legislativo? Se as leis aprovadas são boas, será que os parlamentares estão fazendo um bom trabalho para garantir o direito à moradia? “O Legislativo não atua somente quando faz leis, mas fiscalizando o Executivo. Quando se apresentou uma emenda parlamentar garantindo recursos para reforma desses prédios, por exemplo?”, questiona Magalhães, que ressalta que no Brasil, o problema da moradia vai além da construção. “O incêndio gerou imagens impactantes em um lugar visível da cidade. Mas só no município de São Paulo, 29 mil domicílios corriam risco de deslizamento em 2010, segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. A cada chuva há desmoronamentos, desabrigados e mortes – mas como tudo isso faz parte do cotidiano, não chama atenção. A periferia da região metropolitana, que é o espaço de moradia da classe trabalhadora, é invisível”, aponta Erminia.

Ao contrário, o que ficou visível depois da tragédia do edifício Wilton Paes foram os movimentos sociais. Pelo menos dois projetos de lei em tramitação no Congresso podem prejudicar as ocupações. O PL 8.262/17 permite que a PM retire “invasores e ocupações de propriedade privada” sem ordem judicial. Já o PL 9.604/18 quer classificar o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e o MTST como organizações terroristas. “Já existe um contexto de criminalização das ocupações. Como em qualquer crise, abre-se uma disputa de narrativa. Enquanto alguns acreditam que o problema é a ocupação, para nós o problema são os imóveis abandonados, que seguem se deteriorando e precisam de requalificação e destinação”, resume Vítor. E conclui: “Quem ocupa não tem culpa”. O

70 ANOS DE ORGULHO NACIONAL

1945

No período Pós Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido se debruçou sobre a criação de um sistema que garantisse acesso de todos à saúde. A discussão durou de 1945 a 1948, com embates no parlamento.

1948

Em 5 de julho, nascia um dos maiores sistemas públicos de saúde com cobertura universal, sob os princípios da equidade e integralidade: o *National Health Service* (NHS). E o Reino Unido radicalizou ao nacionalizar a prestação dos serviços e estatizar os hospitais privados.

1970

A crise econômica trouxe riscos ao sistema, principalmente após a eleição de Margareth Thatcher, a 'Dama de Ferro' que se tornou símbolo do neoliberalismo. A resistência da população, que considerava a saúde como política social mais importante, conseguiu preservar o NHS, enquanto várias outras políticas sociais eram destruídas.

1996

A defesa do sistema de saúde foi crucial na vitória do Partido Trabalhista sob os Conservadores.

2010

Os conservadores retomam o poder e propõem novas mudanças.

2012

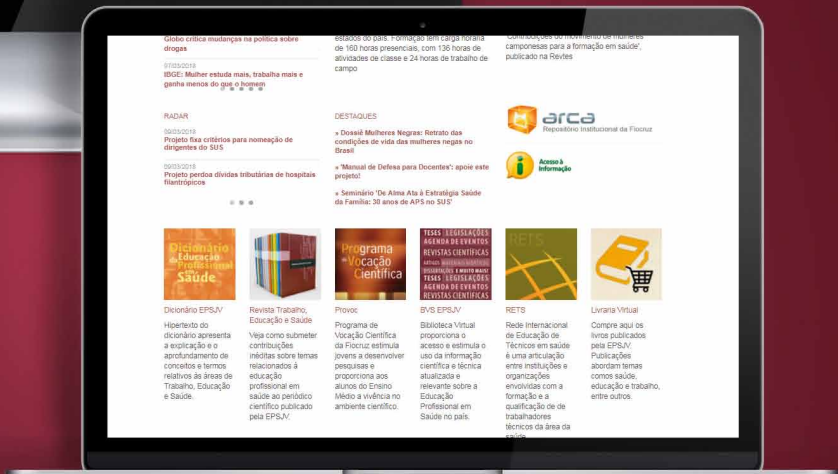
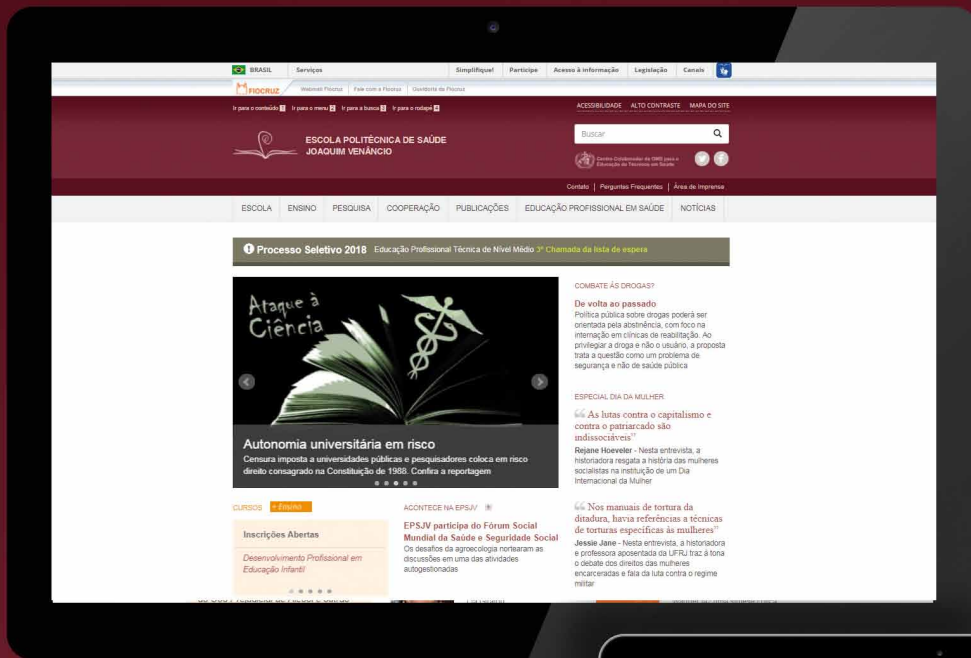
A aprovação pelo Parlamento Britânico do *Health and Social* provocou mudanças no sistema. No mesmo ano, visto como Orgulho nacional, o NHS ganhou notoriedade nas Olimpíadas de Londres, ao ser destacado na cerimônia de abertura como uma das grandes conquistas do país.

2018

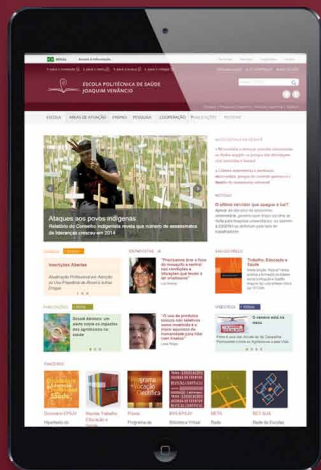
O sistema que inspirou diferentes serviços públicos ao redor do mundo, entre eles o SUS brasileiro, é impactado com as superlotações nos serviços de urgência e emergência, face à pior epidemia de gripe em anos. Até os conservadores defenderam mais recursos para o sistema. E isso num contexto em que, anualmente, o gasto per capita da Inglaterra com saúde é de 4.350 dólares, enquanto no Brasil são 750 dólares. No dia 4 de fevereiro, milhares de ingleses protestaram nas ruas de Londres exigindo mais profissionais, leitos e dinheiro para a manutenção do NHS, "a mais querida instituição britânica", nas palavras de um importante jornal inglês, *The Guardian*...

...APÓS SETE DÉCADAS, A PRESSÃO SOCIAL CONTINUA SENDO A MAIOR ALIADA DO NATIONAL HEALTH SERVICE.





ACESSIBILIDADE
Pessoas com deficiência
poderão usar e contribuir
com o Portal



DESIGN RESPONSIVO
Completamente adaptável
para dispositivos móveis,
segundo o Padrão Digital
do Governo

Novo Portal da Educação Profissional em Saúde
Comunicação pública sobre saúde, educação e trabalho

www.epsjv.fiocruz.br